Projeto: Construindo um Judiciário Responsivo – Projeto CAPES (CNJ)

**Entrevistado: Douglas Alencar Rodrigues** 

Entrevistadores: Tânia Rangel, Leandro Molhano

Local da entrevista: Brasília

Data da entrevista: 16 de setembro de 2013

Transcrição: Pedro Siguara

Conferência de fidelidade: Leonardo Sato

Revisão do texto: Maria Elisa Rodrigues Moreira

Tânia Rangel - Vamos entrevistar o dr. Douglas Alencar Rodrigues, desembargador do Tribunal

Regional do Trabalho, da 10<sup>a</sup> Região, aqui em Brasília.

Douglas Rodrigues - Bom, é um prazer estar aqui com vocês, meu nome já foi dito, não é?

Douglas Alencar Rodrigues. Sou natural de Goiânia, belíssimo estado de Goiás, e meu pai se chama

Wilton Honorato Rodrigues, minha mãe Maria Décia Alencar Rodrigues... E nasci em Goiânia, 26

de março de 1965. Vim para Brasília cursar Direito na Universidade de Brasília e aqui permaneci.

Estou aqui até hoje, fui servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 10<sup>a</sup> Região. Fui aprovado no

concurso para ingresso na magistratura no ano de 1990, no Tribunal Regional de Campinas, na 15<sup>a</sup>

Região, e em janeiro de 2002 vim para Brasília. Ingressei aqui na 10<sup>a</sup> Região e estou até hoje. Já

são, portanto, 23 anos no exercício da magistratura. E me graduei na Universidade de Brasília, fiz

especialização em Direito Constitucional no ano de 2000 também na Universidade de Brasília, e

terminei o mestrado recentemente na PUC<sup>1</sup>, em São Paulo. Esta é a minha formação acadêmica.

Tânia Rangel - Quando o senhor decidiu vir fazer a graduação em Direito aqui em Brasília, a sua

família ficou em Goiânia ou veio também?

Douglas Rodrigues - Não, a minha família já morava em Brasília. Eu morava em Goiânia, mas...

comecei fazendo Engenharia Civil e acabei, enfim, mudando para o Direito. Por influências: meu

pai com formação jurídica, minha mãe com formação jurídica, meu irmão mais velho com formação

jurídica. Enfim, foi o caminho natural.

Tânia Rangel - O seu pai...

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica.

**Douglas Rodrigues** - Não, o meu pai ele foi juiz classista aqui no Tribunal de Brasília. E meu irmão foi Promotor de Justiça, foi Procurador da República, foi Procurador do Tribunal de Contas da União e hoje é ministro do Tribunal de Contas da União.

Tânia Rangel - O nome dele qual é?

Douglas Rodrigues - É Walton Alencar Rodrigues.

**Tânia Rangel** - E quando o senhor decidiu então mudar de Engenharia Civil para Direito, fez essa mudança também de domicílio, de Goiânia para Brasília. E por que gostou do Direito?

**Douglas Rodrigues** - O Direito é desafiador. O Direito representa uma tentativa de intervenção ética nas relações humanas, o Direito nos acompanha a todo instante. Enfim, mesmo antes do nascimento até depois que morremos, o Direito está regulando nossa vida. E o que me fascinava era esse mundo do Direito, que era um mundo cheio de regras e de possibilidades de realização de justiça. Então foi algo que realmente me estimulou. Vendo meu pai, minha mãe, meu irmão, acabei vindo para o Direito.

**Tânia Rangel** - E por que o Direito do Trabalho?

**Douglas Rodrigues** - Pois é. Curioso isso. Tive grandes professores de Direito do Trabalho na Universidade de Brasília. Tive oportunidades de...

**Tânia Rangel** - Poderia citar alguns? O nome de alguns conhecidos?

Douglas Rodrigues - Claro. Professor Carlos Coqueijo [Torreão] da Costa, que era músico também, compositor, baiano, de boa cepa, é um baiano muito interessante. Ministro Ives Gandra [da Silva] Martins Filho, ministro Hermes Pedro Pedrassani, ministro Carlos Alberto Barata [Silva], enfim. Além de outros tantos ministros, como o [José Carlos] Moreira Alves, o ministro Carlos Mário [da Silva] Velloso, o ministro Marco Aurélio [Mendes de Farias Mello], que à época era ministro do Tribunal Superior do Trabalho. E o mundo do trabalho é um mundo realmente fascinante. Outro dia, relendo algumas coisas, uma frase me fez relembrar aquele tempo... Todas as riquezas das nações são produzidas pelo trabalho humano. O trabalho individual de cada um de nós é que produz a riqueza das nações. E foi algo mais ou menos nesse sentido. A Constituição de

[19]88 ainda dando os seus primeiros passos, a Constituinte, o processo de redemocratização do país, não é? Quer dizer, tudo aquilo...

Tânia Rangel - O senhor acompanhou tudo isso de dentro da faculdade?

Douglas Rodrigues - Acompanhei.

**Tânia Rangel** - E como era o movimento lá? Você chegou a fazer parte do movimento estudantil?

**Douglas Rodrigues** - Não, participei, mas não com um envolvimento tão grande. Porque até por morar, por ter mudado de cidade, enfim... Mas acompanhava. O Direito, na UnB², não sei se conhecem a Universidade de Brasília, está situado num prédio à parte. E até por isso o distanciamento do minhocão, que é o prédio central, acabou levando a um certo alijamento. Então não tive um envolvimento tão grande, não, mas acompanhei a Constituinte, acompanhei... Foi um momento muito rico da nossa história. Os professores sempre trazendo notícias e discutindo. Seminários... E foi um momento muito interessante, porque ali se estava produzindo o projeto de uma nova sociedade. Uma sociedade mais aberta, mais democrática. Então isso tudo foi muito interessante, um momento realmente muito rico.

**Tânia Rangel** - E a turma da graduação não discutiu o fato de vocês se formarem justo no ano seguinte à entrada em vigor da Constituição?

**Douglas Rodrigues** - Com certeza. Eram ministros do TFR<sup>3</sup>, um tribunal que foi extinto, sucedido pelo STJ<sup>4</sup>. E as disciplinas com aquele choque de transição, o Direito Constitucional ganhando muito vigor. Todas as disciplinas migrando para a Constituição, novos princípios. O Direito do Trabalho praticamente todo lá na Constituição, e por isso a importância dos seminários. O que viria a ser já estava sendo discutido na Universidade de Brasília e nós, aqui na Universidade de Brasília, estudamos com professores ministros, desembargadores, juízes de direito. Eram figuras exponenciais do mundo do Direito e de certa forma isso enriqueceu muito as aulas.

**Leandro Molhano** - E vocês discutiam também questões de desenho institucional? Formato do Judiciário, a questão do controle...

<sup>3</sup> Tribunal Federal de Recursos.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Universidade de Brasília.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Superior Tribunal de Justica.

Douglas Rodrigues - Não. Não se chegou a discutir isso. Esses professores tinham um perfil um

pouco mais tradicional. De um Judiciário mais contido, um Judiciário que só fala nos autos, um

Judiciário passivo, um Judiciário que apenas responde demandas. Não um Judiciário proativo que

pudesse trabalhar com novos horizontes, construindo, implementando políticas públicas, enfim, um

Judiciário realmente mais contido. Prova disso foram aquelas decisões iniciais do mandado de

injunção, que deu bem a cara da época. A Constituição muito vanguardista, muito progressiva, com

um desenho institucional muito rico, um Ministério Público atuante em direitos difusos, coletivos, a

Constituição garantindo direitos sociais, instituindo as defensorias ou a previsão das defensorias.

Tudo isso criando um caldo, que com o passar dos anos foi entrando em ebulição e chegamos a

hoje, com esse Judiciário protagonista, ativista, controlando e realizando políticas públicas.

Tânia Rangel - O senhor entra na magistratura do Trabalho da 15ª Região, que é lá de Campinas?

E fica lá quanto tempo?

Douglas Rodrigues - Um ano e três meses.

**Tânia Rangel** - E depois consegue a...

**Douglas Rodrigues** - Fiz a permuta, vim para Brasília.

Tânia Rangel - É, isso que eu ia perguntar.

**Douglas Rodrigues** - E caminhei pelo interior, bastante...

**Tânia Rangel** - Por onde o senhor andou?

Douglas Rodrigues - Ah, Campinas, Americana, Limeira, Ribeirão Preto, a Via Anhanguera,

depois fui para o Vale, para a região do Vale, São José dos Campos... Até em Cruzeiro, que é uma

cidadezinha pequena na divisa com o Rio de Janeiro, tive a oportunidade de trabalhar. Taubaté...

Tânia Rangel - Na época em que o senhor entra lá como... porque entrando na magistratura é

substituto, não é? Quando a gente entrevistou o ministro Vantuil Abdala, ele também era da

magistratura trabalhista paulista. Ele disse que na época dele os substitutos entravam como se fosse

para uma regional, e não para uma Vara específica. E eles ficavam substituindo os juízes das cidades que tiravam férias, ou quando havia algum problema. E acabava que quem entrava logo no começo percorria uma grande área que...

**Douglas Rodrigues** - Era um juiz viajante.

**Tânia Rangel** - Exato. Na sua época ainda era assim?

**Douglas Rodrigues** - Era assim. Com certeza. E minha casa era o meu carro. Morava em hotéis e minha bibliografia toda... minha biblioteca, perdão, estava no porta-malas do carro. Eu abria o porta-malas, processos de várias varas diferentes. Antigamente juntas. Porque só em [19]99 a representação classista foi extinta. Então era um desespero, trabalhando à mão, sem computador...

**Tânia Rangel** - Não tinha infraestrutura ainda, naquela época?

**Douglas Rodrigues** - Não tinha infraestrutura. Passou para uma Vara, antiga Junta. Encerrou a instrução, levava o processo e tinha que julgar. Aí o processo ia para o malote, para lá, sentença manuscrita, datilografavam, devolviam para assinatura... Era algo realmente surreal. É incrível, não é?

**Tânia Rangel** - E a família, ministro? Como ficava?

**Douglas Rodrigues** - Eu era solteiro. Era um juiz meio caixeiro-viajante. Entregando justiça.

Tânia Rangel - E decidiu fazer a permuta aqui para Brasília para ficar mais próximo da família?

Douglas Rodrigues - Foi. Foram razões familiares que me levaram a vir para Brasília.

Tânia Rangel - E chegando a Brasília, como se organizava a Justiça do Trabalho? Também era...?

**Douglas Rodrigues** - A 10<sup>a</sup> Região, na Justiça do Trabalho, naquela época englobava os estados de Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Tânia Rangel - Nossa!

**Douglas Rodrigues** - E vim como substituto. Então trabalhei em Araguaína, lá no norte do Tocantins, trabalhei em Cuiabá, trabalhei em Corumbá, trabalhei em Ponta-Porã...

**Tânia Rangel** - [riso]

**Douglas Rodrigues** - É. Trabalhei muito pelo interior. E fui titular em Taguatinga, que é uma cidade-satélite, fui promovido aqui para Brasília, posteriormente. É uma vida curiosa porque você circula muito, acaba circulando bastante, e suprindo essas lacunas, as férias, as ausências, as licenças...

**Tânia Rangel** - Tinha diferença de conteúdo das causas, vamos dizer assim, do interior de São Paulo para o interior daqui, para o que o senhor viu aqui?

**Douglas Rodrigues** - Com certeza. Realidades completamente diferentes. O interior paulista, indústria. Cí... Como é que é? Cítrica, alcooleira, muitas ações, os advogados demandando demais. E aqui no interior de Tocantins questões mais singelas, pequenos comerciantes, empregados do setor rural, mas não com aquela pujança econômica do estado de São Paulo.

**Tânia Rangel** - São Paulo. E o senhor faz a carreira aqui, então. Paralelo a isso já com uma carreira acadêmica?

**Douglas Rodrigues** – Não... É impossível ter uma carreira acadêmica como juiz substituto. Fui promovido em [19]94 a titular de Vara, e em 2003...

Tânia Rangel - Onde? Aqui em Brasília?

**Douglas Rodrigues** - Aqui em Brasília. Em 2003 a desembargador. Juiz do Tribunal, que depois o nome foi alterado para desembargador. E por incrível que pareça já são dez anos aqui na Segunda Instância. O ato de nomeação está ali. [lendo] Dezesseis de maio de dois mil e três. Já passou de dez anos. Então realmente foi difícil, não é? Apenas em 2002 é que resolvi buscar uma carreira acadêmica. E fiz isso porque sentia que havia um grande preconceito em relação ao Direito do Trabalho.

**Tânia Rangel** - Preconceito por parte de quem?

Douglas Rodrigues - Por parte das pessoas em geral, assim... Em relação à Justiça do Trabalho, ao Direito do Trabalho, que seria um direito de menor expressão, de menor importância. E eu chegava às audiências, presidindo audiências... Advogados que vinham, estudantes, e tal. Sempre aquela história de que o Direito do Trabalho era um direito menor, a Justiça do Trabalho era uma justiça em que se buscava tanto a conciliação que podia ser comparada a um mercado. Que os juízes não tinham compromisso com a justiça, forçavam a conciliação a todo preço, a todo custo. E, enfim, fui tentar buscar as origens desse preconceito e percebi que estavam na universidade. Porque os professores de Direito do Trabalho naquela época, aqui em Brasília, não eram os mais talentosos, eram advogados... Eram advogados militantes, mas que não tinham titulação, que não tinham uma formação que permitisse o exercício da docência. Então o preconceito vinha por que os alunos confundiam a disciplina com a imagem dos professores. Então olhei para as duas instituições privadas de Brasília e procurei saber quem eram os professores. E percebi. Não eram juízes, não eram procuradores, não eram os melhores advogados. Eram aqueles... rábulas, que estavam no dia a dia da Primeira Instância, mas não eram grandes advogados. Então aquilo de fato acabava contaminando a imagem. Foi mais ou menos por isso, para tentar desfazer esse preconceito... E acabei descobrindo uma nova carreira. A docência é muito bacana, é muito interessante. Obriga você a um estudo sistematizado, diferenciado, abre um leque reflexivo. Obriga você à atualização permanente, uma visão global. Quando você só judica, você tende a sempre reduzir, reduzir, compartimentalizar, estudar em cima de casos concretos. A docência, não. Ela obriga a abrir. O que a jurisdição fecha, a docência abre. Então até há previsão constitucional, e da LOMAN<sup>5</sup>, do exercício de uma cátedra.

**Tânia Rangel** - E dentro da magistratura o senhor também começa a participar de associações, não é?

**Douglas Rodrigues** - Foi! Como é que a senhora sabe disso? [risos] É verdade! Eu me envolvi no movimento associativo, fui da AMATRA<sup>6</sup> por dois mandatos.

**Tânia Rangel** - Foi da ANAMATRA<sup>7</sup>? Da AMATRA?

<sup>6</sup> Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

**Douglas Rodrigues** - AMATRA, que é a regional, depois da ANAMATRA, fui vice-presidente também.

Tânia Rangel - Da AMATRA foi principalmente aqui em Brasília, não é?

**Douglas Rodrigues** - É, da 10<sup>a</sup> Região. Associação dos juízes da 10<sup>a</sup> Região.

**Tânia Rangel** - Por que esse interesse?

Leandro Molhano - É, qual motivação?

**Douglas Rodrigues** - Não, na verdade fui levado pelos colegas. Houve um momento em que o presidente deixou a magistratura, o vice-presidente deixou a magistratura da Associação. Saíram para advogar. Um período em que nós enfrentamos um achatamento remuneratório terrível e esses dois colegas, que eram o presidente e o vice, renunciaram, saíram. Foram advogar. E criou-se ali um vácuo. Os colegas na assembleia, discutindo os destinos da Associação, e alguém indicou meu nome. Estranhei no início, mas depois acabei gostando da ideia e me envolvendo com o movimento associativo. Foi uma fase muito rica, muito interessante, de [19]95 a [19]97, [19]97 a [19]99. Um momento em que vivemos reforma administrativa, reforma previdenciária. E a reforma do Judiciário, que vem desde [19]92. Aquela reforma que nunca saiu da pauta e até hoje parece não ter saído. É complicado. Então acompanhei de perto esses embates todos.

**Tânia Rangel** - E a AMATRA daqui, como ela se organizava?

**Douglas Rodrigues** - Nossa região, nosso tribunal é um tribunal de porte médio. Nós temos pequenos, médios e grandes, na Justiça do Trabalho. O nosso tribunal é um tribunal de porte médio. Médio para pequeno, mas considerado médio. Então nós tínhamos ali 60, 70 associados, nessa faixa. Aposentados, pensionistas. E sempre atuamos de maneira articulada com a Associação Nacional, a ANAMATRA, e também com a AMB<sup>8</sup>, que era a Associação Nacional de âmbito mais geral. E acompanhando, discutindo essas questões, pleitos dos juízes, pleitos corporativos, pleitos vinculados à construção de uma cidadania melhor, também. Começamos a desenvolver um trabalho enfrentando todas as dificuldades que eram postas para a magistratura do Trabalho, para o Direito do Trabalho, no âmbito do Congresso Nacional.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Associação dos Magistrados Brasileiros.

**Tânia Rangel** - E no âmbito do Congresso, havia algum interlocutor com o Congresso? Alguém que acompanhava o que estava sendo discutido, o que ia até o Congresso...?

Douglas Rodrigues - As associações foram se profissionalizando com o tempo. Não havia assessoria parlamentar. Daí a pouco, passados alguns anos, resolveu-se contratar alguém, depois uma assessoria de imprensa... Porque nós não tínhamos condições de verbalizar as nossas ideias, fazer contraponto àqueles discursos que vinham destruindo a imagem do Judiciário, destruindo o Direito do Trabalho, desconstruindo o Direito do Trabalho... Então, aos poucos as associações foram se profissionalizando. Para que você tenha uma ideia, quando a Emenda 24 de [19]99 foi aprovada, a que extinguiu a representação classista, dez cargos do Superior Tribunal do Trabalho foram extintos. E foram extintos por que houve uma briga, não sei se se recordam, entre o ACM9 e o Pazzianoto<sup>10</sup>. O ACM era o presidente da CCJ<sup>11</sup> do Senado. E o Pazzianoto presidente do TST<sup>12</sup>, que inclusive funcionava neste prédio. E numa entrevista ao Jornal Nacional, o presidente Pazzianoto disse com um tom trágico, respondendo a uma afirmação do ACM sobre o Poder Judiciário. Disse ele, ACM, que o Judiciário seria o poder mais corrupto da República. E o Pazzianoto, respondendo a essa afirmação, disse em rede nacional que um homem, cujas tragédias familiares eram tamanhas, o levavam a duvidar, Pazzianoto, da própria sanidade do ACM. Então o ACM, na réplica, disse que ia provar que o Judiciário era o poder mais corrupto e que ia fazer uma CPI<sup>13</sup> para aquilo. Criou-se então a CPI do Judiciário, que era uma CPI genérica. Sem objeto específico, violando o texto constitucional, com finalidade claramente política. E então o Judiciário se viu colhido por uma avalanche de denúncias. Não que o Judiciário não tivesse problemas. Sempre teve, infelizmente. É feito por homens, não é? Sempre teve. Mas foi nesse roldão que se pegou, por exemplo, o Fórum Trabalhista de São Paulo, o juiz Nicolau [dos Santos Neto], aquele empresário de Brasília, Luís Estêvão [de Oliveira Neto]. Foi nessa CPI, por exemplo, que se descobriu um problema também no Tribunal da Paraíba. Surgiram problemas de nepotismo. Problemas de corrupção de fato acabaram sendo descobertos. Mas o curioso foi uma afirmativa tão grave - o Judiciário é o mais corrupto dos Poderes da República -, como se existisse um "corruptômetro", como se ele tivesse acesso a todos os casos de corrupção e jamais houvesse denunciado. Quer dizer, algo inusitado, enfim. O Judiciário passou a ocupar a mídia. Boris Casoy todo dia metendo pau no Judiciário. Recebia ligações de colegas aos prantos, reclamando daquilo,

\_

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Antônio Carlos Magalhães.

 $<sup>^{\</sup>rm 10}$  Almir Pazzianoto  $\bar{\rm Pinto}.$ 

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Comissão de Constituição e Justiça.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Tribunal Superior do Trabalho.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Comissão Parlamentar de Inquérito.

que não aguentava mais, se matava de trabalhar e ligava a televisão, as notícias esculhambando o Poder Judiciário. Algo realmente triste, não é, complicado. Foi um momento muito difícil. Governo FHC [Fernando Henrique Cardoso]...

Leandro Molhano - Mas isso teve um efeito no movimento de organização...?

**Douglas Rodrigues** - Teve, um impacto muito grande. Porque a Associação dos Magistrados Brasileiros interpelou o ACM no Supremo Tribunal Federal. Quer dizer, mais um elemento que veio se somar a essa afirmativa do Pazzianoto contra o ACM. E promovendo essa forte reação política do Antônio Carlos Magalhães, que tinha muito prestígio e poder político na época. Então foi um momento muito difícil para a magistratura; paralelamente, no campo de prerrogativas, de remuneração, um achatamento terrível. Me lembro que minha remuneração não chegava a um terço da remuneração do meu diretor de secretaria. Eu era titular de Vara. Ganhava sei lá, X dinheiros e ele ganhava 3X de dinheiros. Quer dizer, isso tudo fruto dessa campanha terrível para desarticular e enfraquecer o Poder Judiciário, que poderia ser a última trincheira.

**Tânia Rangel** - Como o Judiciário conseguiu reagir a isso? Ou seja, se pensarmos nessa questão remuneratória, por exemplo. Como a magistratura do Trabalho consegue lutar para ter uma remuneração equiparada com a da magistratura federal? Porque ela faz parte da magistratura federal.

Douglas Rodrigues - Não, mas a Federal é a mesma coisa, a mesma remuneração.

Tânia Rangel - Ah, a Justiça Federal também ganha...

**Douglas Rodrigues** - Ganha a mesma coisa. O problema eram sempre os estaduais. Os estaduais sempre ganharam muito e a AMB sempre se colocou de maneira muito inercial nesse campo de defesa de prerrogativas dos juízes federais. Essa situação acabou levando inclusive à própria desfiliação dos juízes do Trabalho da AMB. Houve um movimento em massa de desfiliação e a ANAMATRA se fortaleceu com isso. E para reverter esse cenário, decisões judiciais, ações administrativas, quer dizer, ações judiciais, requerimentos administrativos, auxílio-alimentação, auxílio-moradia... Saídas administrativas, recálculo de parcelas autônomas de equivalência... Enfim, inúmeras medidas começaram a ser estudadas, ações judiciais propostas, para tentar recompor essas remunerações.

**Tânia Rangel** - E nesse ponto a ANAMATRA contava com o apoio também da AJUFE<sup>14</sup>, ou seja, caminhavam juntas?

Douglas Rodrigues - Caminhavam juntas. Em 2000 nós tivemos a greve. A greve, esse cenário que veio de [19]95, [19]97, chegou em 2000 a um ponto insustentável. A Emenda Constitucional 20, a administrativa foi a 19, perdão. A 20 foi a previdenciária. Ela estabeleceu... Criou o teto e o teto não veio. Não veio por quê? Porque os estaduais não tinham interesse. Pressionaram, trabalharam contra a fixação do teto remuneratório que resolveria o problema da magistratura da União, mas acabaria impondo redução no âmbito dos estados. E houve uma guerra interna, a magistratura totalmente conflagrada. E os estaduais, que têm a jurisdição eleitoral, acabaram vendo as suas razões sensibilizarem mais os parlamentares. Então foram iniciativas judiciais, iniciativas administrativas, a greve em 2000. A greve em 2000 foi curiosíssima. Eu era vice-presidente da AMB naquela época. E o presidente estava viajando e eu estava respondendo pela presidência da AMB. O ministro presidente no Supremo era o Carlos Velloso e nós tínhamos um mandado de segurança no Supremo. E o ministro Nelson [Azevedo] Jobim deferiu a liminar, estabelecendo a equiparação entre o Judiciário e o Legislativo naquilo que dizia respeito ao auxílio-moradia. Porque o auxílio-moradia pago aos parlamentares sofria descontos de Imposto de Renda. Era uma parcela remuneratória que tinha o título de moradia e não possuía natureza indenizatória. Então o ministro Jobim deferiu a liminar num domingo. Sábado ou domingo. A greve estava marcada para segunda. E então as associações consideraram à época contemplada a situação e acabaram refluindo na greve. O que seria até inadequado, falar em greve. Seria uma crise institucional, porque os juízes em tese não têm patrão. Não é? Quer dizer, são servidores da sociedade com certeza, agentes políticos. Mas têm liberdade. Têm autonomia, enfim, têm responsabilidades, têm deveres, obviamente. Mas aquela crise institucional acabou se esvaziando. E foi um momento muito difícil. Foi um momento muito difícil para nós, juízes.

**Tânia Rangel** - Como era o clima? Ou seja, porque a gente imagina que para se organizar um movimento desse como greve, óbvio que você vai ter as pessoas que vão incitar e que vão lutar por isso. Mas você tem também, inevitável que tenha o que tenta...

Douglas Rodrigues - Conter.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Associação dos Juízes Federais do Brasil.

Tânia Rangel - Conter um pouco.

Douglas Rodrigues - É verdade. Nós tínhamos, temos até hoje 24 AMATRAs. E a decisão pela greve, pela paralisação não foi uma decisão irrefletida. Inúmeras assembleias, a discussão nas bases, houve um amplo debate, inclusive na época já existia internet. [risos] E-mail, listas de discussão. E numa assembleia se definiu pela paralisação. Colhidas as posições de todos, das AMATRAs, que traziam as visões de seus associados, acabou se consagrando essa pauta de paralisação. E claro, não foi fácil. Porque foi uma quebra, uma ruptura muito forte. Os juízes estavam muito cansados de promessas, promessas vazias. Presidentes do Supremo se sucediam e não resolviam aquela questão. O Executivo realmente não tinha... Não só para a magistratura, mas para o serviço público em geral. A emenda administrativa, que inclusive criou o regime celetista, que está paralisado por decisão do Supremo. Quer dizer, havia um propósito, segundo a concepção da época, de desconstruir o Direito do Trabalho, flexibilizar, é o legislado cedendo ao negociado, aquela alteração. Quer dizer, inúmeras medidas legais que mudaram... tentaram mudar a face do Direito material do Trabalho. E paralelamente era preciso mudar as estruturas que davam sustentação a esse modelo de Estado, de estruturação de relações sociais que vinham lá do Estado Novo. O Direito do Trabalho era um deles. A reforma da Previdência, também. Quantas inconstitucionalidades não foram cometidas, não é? Quer dizer, realmente complicado.

**Tânia Rangel** – E, de maneira geral, pode-se dizer que a magistratura via no Supremo um interlocutor com o Legislativo?

Douglas Rodrigues - Sempre. Sempre. O ministro [José] Néri da Silveira fez uma reunião com os presidentes dos tribunais, sempre abertos. Os juízes, nós visitávamos todos os ministros do Supremo. Levávamos as nossas queixas, apresentávamos as nossas razões. Inclusive contracheques, de diretores, secretarias, de juízes, mostrando o disparate. Como é que um subordinado ganha três vezes mais do que o superior, não é? Quer dizer, é complicado isso. Uma subversão total. E era muito difícil, realmente. Foi um momento muito difícil que nós vivemos. Vários colegas deixaram a magistratura, se desencantaram, porque não é só a realização de um ideal. A magistratura também tem que permitir um nível mínimo de condições materiais. Ninguém vai ficar rico na magistratura, mas é preciso ter um padrão de vida mínimo para poder se dedicar de corpo e alma a esse verdadeiro sacerdócio civil. Que é a magistratura, é um sacerdócio civil. É juiz 24 horas por dia. Você não deixa a toga em casa e pronto.

**Tânia Rangel** - Me explica um pouco mais isso. De juiz 24 horas por dia. E me explica qual é o contexto. Imagina daqui a 50 anos. Uma pessoa, a gente não sabe como o mundo vai estar. E imaginar o que era ser juiz...

**Douglas Rodrigues** - É que os juízes, eles têm um poder muito grande nas mãos. Representam o Estado, a soberania do Estado, o poder de cuidar da vida, do patrimônio das pessoas. E a Constituição, a LOMAN, o Código de Ética da Magistratura exigem do juiz uma postura equilibrada, serena, que não é compatível com excessos, com condutas que seriam perfeitamente naturais, normais, aceitáveis para um advogado, por exemplo. Um exemplo: sai para uma balada, toma todas, vai paquerar, azarar, não sei como é o termo que se usa hoje. [risos] É complicado um juiz... Não pega bem um juiz "mulherengo". Isso não pega bem para um juiz. Ou pega, na sua opinião? [riso] Mas para um advogado é uma coisa mais aceitável, menos incomum. Não é? Então o juiz ele é juiz 24 horas. O juiz pode ter a sua respeitabilidade colocada em xeque pelos hábitos privados que ele tem. Então assim... É claro que nós vivemos em um Estado democrático de Direito, em que vigora o princípio da autonomia de consciência individual. Mas os juízes acabam julgando questões extremamente sensíveis para a cidadania. Os juízes não são tutores morais da sociedade, os juízes não devem ser os pais, que vão educar a sociedade. Mas para que possam exercer esta sua função, eles têm que ter o mínimo de respeitabilidade. E essa respeitabilidade vem do seu comportamento, da sua conduta, dentro e fora do Judiciário. Imagine um juiz que vai jogar futebol no clube no final de semana e xinga todo mundo, sai na briga... Fico imaginando, você falou daqui a 50 anos... Sai na porrada... Será que eles vão saber o que é isso? [risos] Quer dizer, não pega bem para um juiz. Então o juiz tem que se conter em relação aos seus concidadãos. Não sei se você concorda com isso, mas não pega bem.

**Tânia Rangel** - Não, sim, é. É a imagem que se tem, é porque...

**Douglas Rodrigues** - Não é um estereótipo, é um fato. Eu era juiz substituto em Limeira e um dia o diretor de secretaria me chamou: "Vamos sair para jantar?" E falo: "Não." Na outra semana: "Vamos?" Eu disse: "Não." Eu ficava só no hotel. E eu era jovem e solteiro. Aí um dia fui. Fui jantar com ele, e ele: "Ah, doutor. Vamos ali para a boate? É uma boate lícita, uma boate tranquila." Fui. Na segunda-feira sento para fazer a audiência e os advogados: "É, excelência. Fiquei sabendo que o senhor foi para a boate, e tal." [risos] Então, assim, as coisas circulam. O juiz é muito visado. Ele é muito observado. É o preço que se paga, enfim... em nome de uma respeitabilidade que é preciso manter. Você acha que eu sou muito careta? [risos] Conservador?

**Tânia Rangel** - É por que a gente tem essa concepção mesmo, do juiz. E acho que com o passar do tempo, ela vai ficando um pouco mais leve.

Douglas Rodrigues - Flexível.

**Tânia Rangel** - É, vai se flexibilizando mais. Até conheço alguns juízes assim, já bem mais velhos, eles falavam: "A gente não podia nem beber álcool em público."

**Douglas Rodrigues** - Pois é, hoje já pode. Menos mal. Só não pode é dirigir depois. [risos]

**Tânia Rangel** - É, não pode dirigir depois. Mas então, assim, é importante notarmos que até hoje, e já é 2013, ainda há esse sacerdócio, mesmo, exercido pela magistratura.

**Douglas Rodrigues** - É. E é um dado tão importante, porque hoje o Judiciário está na pauta, está no centro, o Judiciário hoje não é só julgador. Ele implementa políticas públicas. Ele realiza, julga ações civis públicas que mandam custear tratamentos de saúde, mandam internar pacientes, mandam construir creches, mandam construir escolas...

**Leandro Molhano** - Como é que o senhor vê isso? O senhor acha positivo?

Douglas Rodrigues - Acho positivo, embora o Judiciário precise se estruturar melhor. E digo os próprios juízes. Nós vivemos em um momento de transição, na minha opinião, de um modelo de completa assepsia, de um Judiciário que só se manifesta nos autos, um Judiciário asséptico, um Judiciário alheio ao que acontece na sociedade. Tive um professor que dizia: "Eu não leio... Professor Ministro do Supremo. Eu não leio os jornais para não me deixar contaminar." Pelos valores que a mídia publica, defende. Então é algo extremamente complicado. Agora, é um movimento irreversível. Nós temos uma Constituição que é norma, que produz efeitos jurídicos, que consagra direitos fundamentais, que traz a ideia de justiça social como um horizonte inafastável, que tem que ser perseguido a todo custo. É uma Constituição que, enfim, consagra um rol extenso de direitos sociais, que idealiza a dignidade da pessoa humana como um valor central, como o fundamento da própria República, que trata do trabalho como um valor social, inclusive na ordem econômica. O primado do trabalho está lá na ordem econômica, quer dizer, é uma Constituição de bastante cunho social. É uma Constituição que busca a construção de uma sociedade mais justa,

com a erradicação da miséria, da pobreza. É só observar o âmbito de assistencialismo social, por

exemplo, a seguridade social, no seu capítulo de assistencialismo social. É algo realmente muito

interessante. E o Judiciário está aí, não é? Realizando esse programa constitucional, bem ou mal,

aos trancos e barrancos, do jeito que é possível, com as suas deficiências estruturais, com os seus

juízes muito sem formação, sem a capacidade de alcançar a relevância dessas funções. Acho isso

muito rico para a nossa experiência democrática. Agora, é claro que isso é excessivamente

polêmico. Porque juízes não mudam uma realidade citando princípios. Os princípios não são

varinha de condão que os juízes usam e mudam a realidade. Não, não são. Enfim, acho positivo,

apesar de todas as dificuldades, dos riscos para a democracia... Dos riscos que se dizem... Pela

anestesia que se gera pelos movimentos sociais, as práticas políticas. Quer dizer, nós precisamos é

de mais política. Ou é de mais juízes, para realizar a Constituição? Enfim, não sei se estou sendo

claro, mas esta é uma questão muito importante para a Ciência Política. Essa judicialização da

política.

Leandro Molhano - Esta relação com o Legislativo e o Executivo...

Douglas Rodrigues - É. Esse é um tema muito rico, muito interessante. E muito complexo.

Tânia Rangel - Quando a gente estava falando da sua participação nas associações, o senhor conta

que foi começar na AMATRA, depois foi para a ANAMATRA, e depois para a AMB.

Douglas Rodrigues - Isso.

Tânia Rangel - A passagem da AMATRA para a ANAMATRA a gente imagina como natural, não

é? Ou seja, é sair de uma associação regional e fazer parte de uma associação nacional, continuam

ainda os mesmos objetivos, só que agora em um campo maior. Ao invés de pensar na 10<sup>a</sup> Região

vai pensar o país.

**Douglas Rodrigues** - Isso.

**Tânia Rangel** - E a passagem da ANAMATRA para a AMB?

**Douglas Rodrigues** - Ah, foi um choque muito grande.

**Tânia Rangel** - Primeiro, por quê? O que motivou você a ir para a AMB?

Douglas Rodrigues - É... Que curioso, isso, não é? É... Eu me lembro que, quando terminei o meu primeiro mandato na AMATRA, eu não queria ser reconduzido. E os colegas insistiram muito, muito. Eu não queria mesmo. Eu tinha outros projetos. Recém-casado. Enfim, havia a carreira acadêmica que eu queria estudar, queria pensar em fazer uma pós-graduação. E os colegas foram muito contundentes, invocando a responsabilidade. Quando você passa a desenvolver uma função pública, coletiva, representando um coletivo, você acaba assumindo responsabilidades maiores e você não pode dela se despir assim de maneira tão fácil. Esse é um processo de desapensamento. E a AMATRA sempre trabalhou com a articulação com a ANAMATRA. Havia as questões regionais e as questões nacionais. E as nacionais eram tratadas também com a presença de todas as regionais. Mas claro, eram segmentos do Poder Judiciário, a Justiça do Trabalho. As pretensões eram comuns a todos os seus associados. Um tribunal ou outro destoava aqui ou ali, uma questão de prerrogativas, uma questão disciplinar... E a Associação sempre atuava. Agora, em âmbito nacional, no caso da AMB, o conselho da ANAMATRA indicava os representantes, os vice-presidentes trabalhistas na AMB e o conselho escolheu. Aqueles eram objetos de uma articulação, os colegas colocavam os nomes, enfim. Outros nomes eram lembrados, surgiam naturalmente. E o fato de estar em Brasília, estar sempre acompanhando aqui naquele momento de muita efervescência, reformas a todo vapor, acabou permitindo que o nosso trabalho tivesse um destaque, até pela facilidade. As associações eram pequenas, as trabalhistas. Até para as despesas com viagem, com hospedagem, havia contenção de recursos. Então a questão regional e a atuação que nós tivemos aí, acompanhando os trabalhos todos no Congresso, acabou qualificando o nosso trabalho e por isso o nome surgiu. Enfim, foi algo mais ou menos natural, para a AMB. E a AMB era um mundo, é um universo: a Justiça comum, estadual, Justiça Militar, Justiça Federal, Justiça do Trabalho... E, claro, cada estado com a sua realidade. Os estados também são muito diversificados. As Justiças estaduais, nem entre elas existe unidade... Então foi um choque muito grande.

## **Tânia Rangel** - E como foi lidar com tudo isso?

**Douglas Rodrigues** - Foi um aprendizado. Sempre é, um aprendizado permanente. E as contradições internas... Há uma frase que dizia: quanto menor a aldeia, mais enfeitado o pavão. Quanto menor o estado, maiores eram as remunerações dos servidores, dos deputados estaduais, do governador, dos desembargadores. Então era algo muito complicado, porque você falar em teto remuneratório nas assembleias da AMB, as questões não surgiam de maneira clara. A remuneração

da magistratura sempre foi tratada a sete chaves, era uma verdadeira caixa-preta dos estados. Eram caixas-pretas que começaram a ser abertas...

**Tânia Rangel** - Até [incompreensível] não sabia o quanto era?

**Douglas Rodrigues** - Não. Começaram a ser abertas depois que o CNJ<sup>15</sup> foi criado. Então esta realidade, esta diversidade de situações, ela levava também a uma diversidade, a um esvaziamento da AMB enquanto instância de articulação global.

**Tânia Rangel** - E na AMB você acompanhou, além de outras reformas, a reforma também do Judiciário, que veio a ser a Emenda 45 de 2004.

**Douglas Rodrigues** - Acompanhamos. PEC 26-A de [19]92. Acompanhei desde o início.

Tânia Rangel - Não, 29-A de 2004.

**Douglas Rodrigues** - É, a 29-A. Não, a 29-A era a... Agora não me lembro mais. Não me lembro mais. Mas acompanhei a Zulaiê [Cobra Ribeiro], aquele deputado baiano também, Jairo Carneiro, depois o Aluísio Nunes Ferreira, todos se sucederam na relatoria. No Senado, o José Jorge.

**Tânia Rangel** - E quando fala em acompanhar, é fazer o quê?

**Douglas Rodrigues** - É ver de que maneira os relatórios estão sendo trabalhados, levar memoriais, tentar influenciar na formação de um convencimento dos deputados.

**Tânia Rangel** - E tinha um canal aberto com eles?

**Douglas Rodrigues** - Uns mais, outros menos. Mas sempre nos recebiam. Sempre. Foi um momento muito rico, esse da reforma do Judiciário. E as brigas internas entre a magistratura, questões de competência, surgiam. Houve uma briga muito grande para julgar a questão dos direitos humanos, a Justiça Federal, aquele incidente do deslocamento de competências, os juízes estaduais brigaram com os federais dentro da AMB. Isso aconteceu muito...

-

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Conselho Nacional de Justica.

**Tânia Rangel** - E quando na emenda surge então a criação... Porque a emenda começa, na verdade, primeiro na magistratura trabalhista, muito forte, não é? Desde o começo falando da exclusão dos classistas, e depois, só com a Zulaiê é que se cria realmente o conselho tal como está hoje, não é? Com formação não só de membros da magistratura, mas também do Ministério Público, advogados e cidadãos. Nesse momento, como se lidava com tudo isso? Porque imagino que a questão dos classistas não interessava ao restante da magistratura. Ou sim?

**Douglas Rodrigues** - Interessava, mas não diretamente. A AMB apoiava a luta pela extinção da representação classista. A AJUFE tinha uma movimentação um pouco à parte. Sempre esteve um pouco à parte. Em alguns momentos se somava, mas no geral sempre caminhava de forma isolada. A AMB vez por outra dava suporte financeiro para a contratação de pareceres sobre questões relevantes durante a tramitação da reforma do Poder Judiciário.

**Tânia Rangel** - Por que contra os classistas?

Douglas Rodrigues - Porque primeiro eles não cumpriam mais a função histórica que alegavam ter cumprido, que eram as conciliações. Segundo, porque em alguns estados, me lembro de Pernambuco, por exemplo, os colegas da AMATRA, seis, denunciavam publicamente desvios, a influência política, a abertura que os classistas permitiam para empresários, sindicatos e tal, decisões que acabavam atendendo a interesses não muito legítimos. E depois porque o custo, a Justiça do Trabalho cresceu muito depois da Constituição de [19]88. Chegamos a 24 tribunais e o orçamento da Justiça do Trabalho era muito grande, então tudo era mais difícil para a Justiça do Trabalho. As condições de trabalho, a questão de remuneração, contratação de novos juízes, prédios, instalações, tudo era muito difícil. Então esse inchaço exigia o exame de aspectos, de medidas de racionalização. E a representação classista, que se sustentou durante muito tempo com a ideia de conciliação, já havia cumprido seu papel há muito tempo. Os juízes classistas não faziam conciliações. Alguns raramente ajudavam, mas eram úteis fazendo pregões, mas sabe, muitos nem saíam da sala de audiência. Enfim, no geral não tinham utilidade mais.

**Tânia Rangel** - E quando surge, junto com essa questão dos classistas, que estava favorável, e surge a questão do Conselho, como a AMB via a criação do Conselho?

**Douglas Rodrigues** - A AMB sempre se posicionou de forma contrária ao Conselho Nacional de Justiça. Claro, a AMB hoje, olhando e vendo assim de maneira mais crítica, tinha a ideia de que

aquilo violava o princípio da independência do Poder Judiciário, a autonomia do Poder Judiciário, a

questão federativa também, os estados autônomos, podendo organizar os seus próprios estados. A

ideia da preservação do status quo. Na minha opinião, foi isso. A preservação do status quo. Porque

o Conselho, com as competências, com as atribuições que lhe foram outorgadas, possuía um

potencial transformador muito grande. O Conselho podia mudar, como de fato, hoje, passados já

alguns anos da sua instalação, vem mudando, vem criando a nova cultura. Muitas decisões

importantes, outras discutíveis, mas o fato é que o horizonte de mudanças é irreversível. A única

certeza que nós temos é que é um processo constante de mudanças no sentido do aprimoramento do

acesso à justiça, da celeridade, da razoável duração do processo, qualificação dos juízes, problema

ético também. Então o CNJ vem nessa linha, de definição de políticas grandes, importantes, para o

Poder Judiciário como um todo.

Tânia Rangel - E quando a AMB percebe que perdeu, lá no Congresso a emenda é aprovada, e ela

entra com a ADIN<sup>16</sup>. O senhor chegou a participar dos argumentos, do que estava por trás, ou das

estratégias, do porquê entrar com a ADIN, do porquê não?

Douglas Rodrigues - Eu acompanhei, em discussões abertas, na assembleia da AMB se discutia

muito, se defendia a inconstitucionalidade, sempre a AMB se posicionou contra. A ANAMATRA

saiu num determinado momento desse debate e passou a defender a criação do Conselho.

**Tânia Rangel** - Por quê?

Douglas Rodrigues - Porque percebeu que sem o Conselho, especialmente nos estados, o Judiciário

não iria mudar. Um Judiciário patrimonialista, um Judiciário que não pune juízes que se desviam,

um Judiciário corporativo no sentido ruim dessa expressão... Percebeu aquelas contradições que

vinham nas discussões em torno de prerrogativas, o teto remuneratório... A AMB também sempre

foi um espaço para que os juízes de primeiro grau, estaduais, provocassem a assessoria jurídica para

prestar assistência em brigas pontuais contra os tribunais... A relação interna não era uma relação

democrática...

**Tânia Rangel** - [inaudível]

-

<sup>16</sup> Ação Direta de Inconstitucionalidade.

**Douglas Rodrigues** - Ah... Remoções de juízes, por exemplo. Convocações de juízes, promoções de juízes, a valorização do mérito... Favorecimentos indevidos, não é? É realmente difícil.

**Tânia Rangel** - E então, neste momento... em 2004 é aprovada a emenda constitucional, no início de 2005 a AMB entra com a ADIN e ao mesmo tempo os tribunais começam a elaborar sua lista dos indicados à nomeação dos conselheiros. Como o senhor participou disso? O TST chegou a abrir uma?

**Douglas Rodrigues** - Abriu, abriu. Publicou um edital, mandou um ofício para todos os tribunais e os candidatos interessados se inscreveram.

**Tânia Rangel** - O senhor chegou a se inscrever?

Douglas Rodrigues - Me inscrevi. Me inscrevi.

**Tânia Rangel** - E chegou a ser uma surpresa o seu nome, como indicado?

**Douglas Rodrigues** - Coloquei meu nome à disposição e me lembro que o ministro Vantuil me disse: "Olha, parece que as coisas estão convergindo para o seu nome." Porque conheço o ministro Vantuil há muito tempo. E falei: "Ah, tá, certo, vamos ver e tal." Aí um dia ele me ligou e disse: "Olha, a sessão foi agora. O seu nome realmente foi consagrado."

Leandro Molhano - O senhor sabe como é esse processo de escolha? Como é que foi?

**Douglas Rodrigues** - Sessão plenária. Eles discutem e votam. Votação ainda hoje é assim. Não mudou muito, não.

**Tânia Rangel** - Aliás, a Justiça do Trabalho foi a que primeiro começou a fazer isso. Foi a primeira Justiça que abriu para que as pessoas se inscrevessem, para os interessados, cada um na sua esfera, um na Primeira e um na Segunda.

Douglas Rodrigues - É. Você manda o currículo.

Tânia Rangel - E depois a Federal, e agora o Supremo está pedindo algo semelhante também, não

é?

Douglas Rodrigues - É. O fato é que a criação do Conselho Nacional de Justiça representou uma

medida... Uma quebra muito forte de cultura, não é? E aquelas atribuições ou competências

acabaram levando os tribunais a terem mais cautela. Porque o CNJ, já falando sobre ele, o CNJ... Eu

me lembro que não havia estrutura nenhuma!

Leandro Molhano - É, isso que ia perguntar. Como é que se fazia a distribuição da estrutura?

Douglas Rodrigues - Não tinha nada! A distribuição... Eram servidores terceirizados, alguns

emprestados do Supremo, um pessoal muito esforçado, mas sem formação... E nós ali discutindo o

regimento interno do Supremo, quais são os tipos de procedimentos que nós vamos admitir, e tal,

além daqueles já previstos no caso da Corregedoria Nacional de Justiça.

**Tânia Rangel** - O prédio era onde, era ali no Supremo?

Douglas Rodrigues - Era. No anexo dois do Supremo. A sala de sessões era onde é hoje o gabinete

do ministro Marco Aurélio. Sexto andar do anexo dois. Lugar muito bonito, por sinal. Os gabinetes,

nós tínhamos uma sala, que talvez fosse um terço do tamanho dessa aqui, com a antessala. Com

computador e mesa. Pronto.

Tânia Rangel - Era uma sala para cada?

Douglas Rodrigues - Uma sala para cada. Ah, não. No início houve divisão. Eram dois por sala e

depois ficou uma sala para cada.

**Tânia Rangel** - E no começo o senhor dividia a sala com quem?

Douglas Rodrigues - Com o Paulo Schmidt.

Tânia Rangel - Com o Paulo Schmidt.

Douglas Rodrigues - É. Que é um grande colega.

**Tânia Rangel** - Que veio da... Era da Primeira Instância estadual.

**Douglas Rodrigues** - Era da Primeira Instância trabalhista.

**Tânia Rangel** - Ah, é verdade. Da trabalhista, desculpe.

**Douglas Rodrigues** - E foi muito difícil, porque o CNJ passou a receber uma avalanche de pedidos de providências. Coisas muito interessantes, mas sem estrutura.

**Tânia Rangel** - E esses processos chegavam até vocês como? Ou seja, as pessoas entravam...?

Douglas Rodrigues - Depois de discutido e aprovado o regimento interno, disponibilizado na internet, havia uma secretaria que processava essas representações. Cadastrava e distribuía aleatoriamente. Então eram pedidos de providências ou procedimentos de controle administrativo. Havia também as reclamações por excesso de prazos, processos disciplinares que vinham da Corregedoria, tramitavam lá. O ministro [Antônio de] Pádua Ribeiro fez um trabalho muito interessante, em um primeiro momento, estruturando aquela Corregedoria com servidores do STJ, emprestados também. Ele deve ter dito isso, não é? Foi realmente um momento muito difícil. Artesanal, artesanal. Hoje o CNJ cresceu, o quadro de servidores é imenso, núcleos de apoio estratégico, administrativo, enfim.

Tânia Rangel - Na época, vocês também não tinham assessores?

**Douglas Rodrigues** - Não tinha nada. Nós fazíamos tudo.

**Tânia Rangel** - Como se marcavam as reuniões?

**Douglas Rodrigues** - Quinzenalmente. Eram reuniões quinzenais às terças-feiras.

**Tânia Rangel** - Quem definia a pauta era o presidente?

**Douglas Rodrigues** - O presidente.

Tânia Rangel - Mas havia alguma comunicação com ele para pedir urgência, alguma coisa assim?

**Douglas Rodrigues** - Dependendo dos casos, não é? Não havia uma regra, porque as liminares vinham, os pedidos de provimento... O relator decidia e tinha que pautar imediatamente. Quando deferisse liminar, tinha que pautar. E nós fazíamos isso, então foi um momento muito curioso, porque o Judiciário inteiro veio ao CNJ com temas sensíveis, nepotismo. Nepotismo começou lá.

**Leandro Molhano** - Como é que surgiu...? Assim, a curiosidade nossa é saber: como é feita essa agenda?

**Douglas Rodrigues** - Da pauta?

**Leandro Molhano** - Isso. Porque vocês entram. Há uma expectativa enorme, há resistências também, vocês não têm nada. Então tem que não só estruturar fisicamente tudo, mas tem que montar uma agenda. E então, como foi?

**Douglas Rodrigues** - É. Nós tínhamos um âmbito de contencioso e o âmbito de definição de políticas públicas. Foram estruturadas algumas comissões. Comissão de informatização, de informática, comissão de conciliação...

**Tânia Rangel** - O senhor chegou a participar de alguma?

**Douglas Rodrigues** - Participei. Todos participaram. Fiquei na comissão de informatização. E foi um trabalho interessante...

**Tânia Rangel** - [incompreensível] ...na comissão? Porque a comissão era...

**Douglas Rodrigues** - O Oscar [Otávio Coimbra] Argollo. E começamos a fazer reuniões, reunindo os técnicos da área de informática dos vários tribunais, para conhecer o que existia em termos de informática. Foi uma garimpagem. O que os tribunais estavam produzindo... Para tentar unir esforços, canalizar energias.

**Tânia Rangel** - Hoje com o CNJ existindo, falo isso até por dar aula, a gente percebe muito isso com os alunos. Se percebe que o CNJ ficou hoje como um órgão, vamos assim dizer, onde unem

todas as informações, na medida do possível, dos tribunais. Nessa época, em que estava começando o CNJ, então nem se sabia que ele ia ser isso. Essas informações estavam mesmo perdidas ou os tribunais falavam entre si, havia algum que liberava mais?

Douglas Rodrigues - Perdidas. Não, estavam assim, diluídas. Eram ilhas, completamente desconectadas, desconexas. E na Justiça do Trabalho nós tínhamos o Tribunal Superior do Trabalho, houve uma tentativa de criação de um conselho por resolução administrativa, que foi atacada numa ação direta e que o próprio TST revogou, depois ele foi criado, mas já havia dentro da Justiça do Trabalho um controle administrativo que era exercido pelo Tribunal Superior do Trabalho. A Justiça Federal possuía o seu conselho também, o Conselho da Justiça Federal, e os estados, não. Nos estados havia apenas e tão somente uma instância, que era o colégio de presidentes, mas que não possuía uma função institucional de articulação, de definição de políticas gerais comuns, não. Era um colégio de presidentes que buscava mais o congraçamento... enfim, tinha uma função mais social do que propriamente institucional. Então não havia, de fato, um acervo de informações sobre o Judiciário brasileiro como um todo. E o ministro Jobim investiu no Justiça em Números, começaram a ser feitos os levantamentos para ver, segundo ele, como era o estado da arte. Vamos ver o que existe, como nós estamos, para a partir daí poder definir, poder avançar. Então era isso.

**Tânia Rangel** - Mas imagino que, por exemplo, nessa questão da comissão da informatização, quando vai levantar o estado da arte, imagino que na época devia haver diferenças muito grandes, não só da área estadual para a federal, para a trabalhista, por exemplo, mas entre as próprias varas trabalhistas, as várias regiões...

Douglas Rodrigues - Com certeza.

Tânia Rangel - Não só de implementação, mas às vezes até mesmo de sistemas.

**Douglas Rodrigues** - De sistemas. Havia vários sistemas diferentes na Justiça Federal, nos Juizados Especiais, e todos brigando pelo seu sistema. Quer dizer, era um problema...

**Tânia Rangel** - E como foi feito isto? Houve uma iniciativa por parte do CNJ, por vocês, de tentar unificar isso?

**Douglas Rodrigues** - Sempre foi esse o norte. Sempre foi essa a ideia, mas a partir de uma construção coletiva. Então as reuniões aconteciam, os desembargadores, técnicos compareciam a Brasília, as reuniões aconteciam fora daqui inclusive. Houve muitos esforços conjuntos na tentativa de construção de um sistema único, só que com muitas resistências. O CNJ, nos seus primeiros passos, foi alvo de muito preconceito.

## **Tânia Rangel** - E por parte de quem?

**Douglas Rodrigues** - Dos tribunais estaduais, sobretudo. Os tribunais de Justiça, sobretudo. Que foram os tribunais que mais viram a sua autonomia, que antes era praticamente absoluta, passar a ser controlada. Os tribunais estaduais nunca prestaram contas. Isso é um dado objetivo. Na Justiça Federal tinha o STJ, o Conselho. Na Justiça do Trabalho havia o TST, também. Eram ramos do Judiciário que estavam sujeitos a uma instância de controle administrativo.

## **Leandro Molhano** - E como superar essas instâncias?

Douglas Rodrigues - Foi muito difícil. Nós víamos atas de sessões em tribunais de Justiça em que discursos inflamados contra o CNJ foram vertidos. Uma coisa, assim, assustadora. Porque os juízes, desembargadores, na Justiça estadual, nunca prestaram contas a ninguém. De repente surgem novos... Juízes de primeiro grau integrando o CNJ, advogados, representantes da sociedade determinando que eles façam, pedindo informações, cassando decisões administrativas que antes eram soberanas, indiscutíveis. Então foi muito difícil. Me lembro que fui participar de um evento em Santa Catarina, um evento da Associação... da Escola Judicial e do Ministério Público do Trabalho. E havia recebido um PCA, um Procedimento de Controle Administrativo contra o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. E deferi a liminar, suspendendo uma decisão plenária. Me liga o presidente do tribunal. Por acaso eu estava em Santa Catarina. Ele me disse: "Olha, preciso muito conversar com o senhor, suspendi a sessão plenária, o clima aqui está horrível. Os discursos contra o senhor e contra o CNJ foram pródigos." [risos] Falei: "Olha, por acaso estou aqui. No hotel tal. Eu vim participar de um evento." "O senhor está aí?" "Estou." "O senhor pode me receber?" "Posso." "Ah, então vou suspender a sessão." Foi lá e disse para o pleno que iria me encontrar. Falei: "Mas venha sem arma, por favor." [risos] Ele hoje é ministro do STJ. Me lembro que na questão remuneratória, desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo, pessoas corretas, enfim, vieram trazendo os contracheques para dizer: "Olha, passei na magistratura no concurso há vinte e tantos anos, tinha uma advocacia de sucesso, agora vivo com isso aqui, minha família vive com esse padrão, se cortarem os meus vencimentos como é que eu vou viver?" Situações consolidadas, não é? Vencimentos que na época, não me lembro o valor do teto, mas que suplantavam o valor do teto, ali. Trinta e cinco mil reais. O teto eu acho que era doze, setecentos e vinte. Uma coisa assim, não é? Acho que era oito mil, mais... É isso mesmo: R\$12.720,00. Então, dramas, assim, que as pessoas vinham... E falei: "Olha, mas a Constituição exige!..." Quer dizer, me lembro de um ministro do Supremo, aposentado, e eu discutindo. Porque fui relator dos processos que levaram à edição da resolução do teto. E ele dizia: "Vocês não vão resolver o problema do teto." De maneira muito cética. "Mas por que não? A Constituição estabelece. A reforma administrativa fixou o teto. É preciso moralizar!" E ele dizia: "Olha. Nem a revolução acabou com isso. [risos] Nem a revolução resolveu. Vocês acham que vocês, CNJ, vão resolver? Não resolvem!" Tribunais de Contas dos estados, desembargadores... Minas Gerais! Outro problema tremendo! Discursos inflamados contra o CNJ... Olha...

Leandro Molhano - Os conselheiros se reuniam para traçar estratégias para tentar superar esses...?

**Douglas Rodrigues** - Os conselheiros tinham origens diversificadas, não é, também colegas brilhantes, muito sérios, muito dedicados, mas que tinham as suas origens, os seus vínculos, as suas visões. Os conselheiros do Congresso, por exemplo, eram conselheiros que... nós brincávamos, que queriam ver o sangue... [risos] Não é? Os da OAB<sup>17</sup> também, o Argollo, o Paulo Lôbo, eles queriam assim... Realmente destruir... Os conselheiros da Justiça Federal possuíam uma visão, os conselheiros da Justiça do Trabalho, outra, os ministros com uma visão mais de pé no freio...

**Tânia Rangel** - Como era isso, lá? Ou seja, a gente pode dizer...?

**Douglas Rodrigues** - Era um choque. De gerações, de visões, era uma confusão permanente.

**Tânia Rangel** - De realidades?

**Douglas Rodrigues** - De realidades diferentes. Pessoas que não se conheciam, na sua maioria, são lançadas num plenário para discutir políticas judiciárias, questões disciplinares, realmente foi uma experiência muito curiosa. E muita exposição, muita cobrança, muita expectativa.

**Tânia Rangel** - Expectativa de quem?

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Ordem dos Advogados do Brasil.

**Douglas Rodrigues** - Da sociedade, dos juízes, de todos. Da mídia... De todos.

Leandro Molhano - E a questão do nepotismo? Como ela surgiu na agenda de...?

Douglas Rodrigues - Havia uma representação da ANAMATRA. É preciso fazer justiça à ANAMATRA. A ANAMATRA provocou o CNJ para que editasse uma resolução acabando com o nepotismo na Justiça do Trabalho. Essa representação foi distribuída ao conselheiro Jirair [Aram Meguerian]. E o conselheiro Jirair levou o processo a julgamento, dizendo que não poderia acolher aquela pretensão da ANAMATRA porque o princípio da moralidade administrativa, como princípio que era, exigia a intermediação de legislador. Para dizer o que era nepotismo, trocando em miúdos, era preciso que o legislador dissesse, definisse o nepotismo, logo o princípio não seria capaz de permitir a normatização daquela situação. E esse foi um tema...! Eu me lembro da sessão, o ministro Jobim presidindo. Depois do voto do relator, conselheiro Claudio [Luiz Bueno de] Godoy, conselheiro Paulo Schmidt, conselheiro Alexandre de Moraes, todos pediram a palavra para querer votar, para divergir, para abrir a divergência. E o ministro Jobim percebeu aquilo, todo mundo lá, cheio de imprensa e tal, e uma questão sensível, pois ninguém tinha dúvida em relação à inadmissibilidade do nepotismo. E eu era o primeiro a votar depois do Jirair, e o ministro Jobim disse, percebeu: "Não, não. Quero ouvir o conselheiro Douglas." [risos] Não é? Me chamavam de Douglas. E comecei a votar. Eu dizia: "Presidente, o Conselho Nacional de Justiça é um órgão assim..." Ele disse: "Não, não, não! Quero saber se vossa excelência julga procedente o pedido." [risos] Eu disse: "Presidente, acho que o princípio da moralidade..." Ele disse: "Não, não, não! Vossa excelência diverge?" Eu disse: "Divirjo." "Ah, então vossa excelência diverge para fazer uma resolução acabando com o nepotismo?" Falei: "Divirjo." Assim mesmo. Aí ele: "Ah, então colho o voto." [risadas] "Com o conselheiro relator, com o conselheiro Douglas!" Aí foi assim a votação. Ele era muito pragmático, é um homem muito pragmático, de uma inteligência primorosa. E ele foi um grande presidente do CNJ. Ele tinha uma visão, de Estado, tem uma visão de Estado, uma visão interessante, institucional. E ele disse: "O conselheiro Douglas vai redigir a minuta da resolução do nepotismo." E vocês não imaginam o tanto de ligações. De questionamentos...

**Tânia Rangel** - E a ligação eram basicamente feitas pela magistratura ou fora da magistratura?

**Douglas Rodrigues** - Pela magistratura. E do Brasil inteiro.

**Tânia Rangel** - [Inaudível]

Douglas Rodrigues - De todas as áreas, assim. "Mas minha situação é essa, assim! Isso vai poder?"

Eu falo: "Calma. Vamos aguardar." Depois dessa, veio o teto.

Tânia Rangel - E o teto caiu para quem?

**Douglas Rodrigues** - O teto era meu. Era um processo, uma consulta do  $TJDF^{18}$  e uma outra ação

da AJUFE, uma representação da AJUFE. E aí mais um tema delicadíssimo. Sensível. Talvez o

mais de todos. O mais delicado de todos do ponto de vista interno, de prerrogativas. E o ministro

Jobim acabou avocando. Suspendeu o processo e resolveu discutir a edição de uma resolução geral.

E essas resoluções estão lá. Enfim, até hoje. Dizendo o que pode, o que não pode, o que fica dentro,

o que fica fora do teto. E sei que nesse caso também houve muita pressão. Muita pressão. Na fila do

supermercado, na academia de ginástica...

Tânia Rangel - Não, ainda mais aqui em Brasília.

Douglas Rodrigues - ... em viagem, em qualquer lugar as pessoas me viam e vinham falar sobre

teto.

**Tânia Rangel** - O pessoal já reconhecia. Ou seja, as pessoas que chegavam até você, não eram só

as que já o conheciam aqui de Brasília?

Douglas Rodrigues - Não!

**Tânia Rangel** - Gente que às vezes você nem sabia quem era?

Douglas Rodrigues - É. O CNJ me deu muita visibilidade. Confesso que não gosto de muita

visibilidade, não. Eu não... não quero as luzes, não, sabe? Quero fazer o meu trabalho tranquilo e

ponto. E... Aquilo me incomodava muito. Quanto mais visibilidade tinha, mais retraído eu ficava.

Porque eu não estava ali atrás de imagem, de mídia. Mas assim, consultas sobre nepotismo,

processos, pedido de providências veiculando situações concretas, nepotismo cruzado, Tribunal de

<sup>18</sup> Tribunal de Justica do Distrito Federal.

Contas, assembleia, TJs<sup>19</sup>, situações as mais diversas aconteciam. E paralelamente aquela demanda da sociedade, sociólogos, cientistas políticos peticionando, querendo que o Conselho fizesse... Nós tentamos fazer na medida da nossa capacidade. Parcerias, convênios, criar um banco nacional de adoção, por exemplo.

Tânia Rangel - Chegou a criar, não é?

**Douglas Rodrigues** - Foi criado, mas no início nós decidimos que não. Tinha um promotor em Minas que ele fazia umas dez sugestões por dia. Ele realmente exagerava. Fazia algumas que, no final, já não eram nem levadas a sério. Mas muitas ideias vieram da sociedade. Muitas, mesmo.

**Tânia Rangel** - E vinham como?

**Douglas Rodrigues** - Na forma de pedidos de providências. Só que nós não tínhamos estrutura, nós não dávamos conta de fazer o que tínhamos que fazer. Sem pessoal de apoio, sem possibilidade de pensar, de planejar além daquilo que havia sido idealizado, daquelas comissões, comissões de precatórios, comissões de... Enfim, foi um momento... De prerrogativas, não é? Foi um momento muito difícil, esse inicial de estruturação.

**Tânia Rangel** - Mas com todas essas adversidades, quem estava do lado do CNJ? Porque precisava ter alguém do lado.

**Douglas Rodrigues** - Em que sentido? Lá dentro, internamente? Acho que todos, praticamente, estavam ao lado do CNJ.

**Tânia Rangel** - No fundo, esse combate que era sofrido, nessas questões mais polêmicas, acabava servindo para unir mais os conselheiros?

**Douglas Rodrigues** - Não. Não, não. Digo eram a favor, mas as disputas aconteciam também dentro do CNJ. Então assim, as demandas da Justiça estadual, nós vimos que o conselheiro Marcus [Antônio de Souza] Faver, grande conselheiro, era mais sensível. O conselheiro Claudio Godoy, outro grande conselheiro também, extremamente preparado, muito experiente, muito competente...

-

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Tribunais de Justiça.

**Tânia Rangel** - Mas por exemplo o nepotismo, o senhor mesmo disse, ele mexeu com toda a magistratura do Brasil inteiro. Então a gente pode falar... As magistraturas se representavam no CNJ, não é? Federal, estadual e trabalhista. Então havia juízes... As três, a princípio contrárias, porque mexia no interesse de membros, ali...

Douglas Rodrigues - Não...

Tânia Rangel - Aquilo quer dizer que no CNJ corresponderia...

**Douglas Rodrigues** - Não. Na verdade, não diria que eram todas contrárias.

Tânia Rangel - Todas com partes sensíveis contrárias, não é?

**Douglas Rodrigues** - É, eu digo... Nepotismo existia em todos os ramos do Poder Judiciário. Mas havia aqueles que eram contra o CNJ por uma questão de princípios e tudo o que ele fizesse estaria viciado.

**Tânia Rangel** - E como? O senhor se lembra, assim, que tribunal especificamente poderia se enquadrar nessa categoria?

Douglas Rodrigues - Ah, o Tribunal de Minas! O Tribunal de Minas fez um manifesto. O Tribunal do Paraná fez um manifesto contra o CNJ, mandou para nós... Os tribunais do Nordeste, a maioria também, nas atas de votação por merecimento que nós dissemos que as decisões... Nós, não. A Constituição. Precisavam ser abertas, motivadas, nominais, fundamentadas. Anulamos promoções de juízes a cargo de desembargador, de entrância para entrância, porque elas eram votações fechadas, secretas. Apadrinhados sendo contemplados. Nós anulávamos, eles votavam com outro vício, anulávamos de novo. Houve um caso, salvo engano, do Piauí, em que a motivação de um dos desembargadores era: "Vou votar no juiz fulano porque conheço o pai dele, o pai dele é muito meu amigo, no dia que esse menino tomou posse aqui como juiz, houve uma procissão, e vi a imagem de Nossa Senhora passando na frente do tribunal, e falei: 'Meu Deus, esse menino é predestinado'. Por isso voto nele." Esse tipo de motivação. Além de críticas ao CNJ.

Tânia Rangel - As críticas falavam o quê?

**Douglas Rodrigues** - Da inconstitucionalidade, do absurdo, das resoluções, da inconstitucionalidade do órgão, que eles não iam cumprir, que eles não se sujeitavam...

**Tânia Rangel** - Os tribunais de Justiça de São Paulo e do Rio chegaram a se manifestar contrários, também?

**Douglas Rodrigues** - O Tribunal de São Paulo, na questão remuneratória, trabalhou bastante. O Tribunal do Rio também.

**Tânia Rangel** - E como se resolvia? Como o CNJ se articulava para tentar resistir a essas pressões? Porque imagino que não tenha sido fácil para ninguém.

**Douglas Rodrigues** - Eu não diria o CNJ como um bloco. Cada conselheiro reagia de uma forma. Cada conselheiro, enfim, se posicionava. E claro, permeáveis ou não, de acordo com suas ideias, com seus ideais, com suas concepções de justiça, de certo e errado. De justo e injusto. Não havia articulações em bloco. Havia, assim, discussões, prévias, alguns debates plenários eram antecipados...

Tânia Rangel - E eram antecipados nas sessões administrativas, ou fora?

**Douglas Rodrigues** - Nas sessões administrativas, nas reuniões que iam esclarecer a pauta, definir algumas questões. Havia alguns *insights*, alguns ensaios dos debates que seriam travados, mas os votos eram disponibilizados. Todos conheciam os votos antes da sessão justamente com o objetivo de acelerar a tramitação. Então já se ia para a sessão sabendo qual era a posição do conselheiro, já se sabia em qual caso haveria divergência, já se sabia em qual caso se poderia pedir vista regimental.

Tânia Rangel - Então a maior parte dos debates acabavam acontecendo, mesmo, no plenário.

**Douglas Rodrigues** - Exatamente. Era no plenário. Nas reuniões administrativas eram colocadas em antecipação algumas questões administrativas. Porque não era só o contencioso, eram resoluções, eram convênios, as sessões eram sessões muito interessantes, sessões híbridas de julgamento, sessões de assinatura de convênio com outras entidades, o Ministério da Justiça foi um grande parceiro do CNJ na época.

**Tânia Rangel** - De que maneira?

**Douglas Rodrigues** - Celebrando convênios.

**Tânia Rangel** - Por exemplo? [inaudível]

Douglas Rodrigues - Questão penitenciária, também. Nessas áreas de competências comuns, não

é? Que poderiam ser tocadas.

Tânia Rangel - Na hora em que fala, por exemplo, da questão do teto, imagino que também...

Quem falou para nós? Foi o Flávio Dino. Logo no começo, quando cria o CNJ, há um problema

grave, [inaudível] que é: a emenda é aprovada dia 31 de dezembro de 2004, o órgão começa a

funcionar mesmo em junho, só que não havia previsão orçamentária, não é?

Douglas Rodrigues - Foi. Supremo.

Tânia Rangel - Então, como lidar com isso? Ou como não lidar? Ou acabou pegando parte do

orçamento do Supremo para manter o CNJ nesse primeiro ano? Depois, do segundo ano em diante,

já tinha previsão orçamentária. E nesse momento, para ver como vai pôr o CNJ para funcionar sem

a previsão orçamentária...eles entraram em contato, se não me engano, com a CGU...para dar essa

assessoria de como fazer isso de maneira correta, direitinho. Quando vai falar do teto, vocês chegam

a entrar em contato com alguém do Executivo, ou do Legislativo, ou com alguma outra instituição?

Douglas Rodrigues - Não.

Tânia Rangel - Não?

Douglas Rodrigues - Não. O ministro Jobim expediu ofício a todos os tribunais pedindo as folhas

de pagamento, as leis estaduais que definiam a remuneração dos desembargadores...

**Tânia Rangel** - Vocês receberam isso? Chegaram a receber?

Douglas Rodrigues - Chegamos. Chegamos a receber. Muitos não mandaram num primeiro momento, o ministro Jobim insistiu e acabou conseguindo. Foi feito um levantamento de todas as rubricas e nós tivemos também o julgamento, estado a estado, das remunerações e julgamentos... Imaginem, expondo ali, abrindo a caixa-preta e dizendo: "Aqui vai ter que cortar isso, isso, e isso. Isso é inconstitucional, isso não pode, isso está de acordo com a resolução, isso não está, algo extremamente complicado. Havia um estado, não me lembro se foi Rondônia, em que todos recebiam oito mil de auxílio-moradia. Uma coisa assim, oito mil reais de auxílio-moradia, tendo residência ou não. Todos recebiam. É, é um negócio assim. Então esses desvios existiam assim, às toneladas.

**Tânia Rangel** - Mas vocês tinham facilidade, por serem conselheiros, de repentinamente estar com um processo, ou com alguma resolução para fazer, e falar: "Ah, eu precisava de uma informação que não tenho aqui", e ligar para algum outro órgão? Eu penso, por exemplo: em questões penais nós temos acesso à Polícia, mas em questões administrativas, com uma parceria com o Ministério da Justiça, talvez para ter dados, não sei se havia essa preocupação em buscar dados para fortalecer, ou para facilitar a tomada de decisão...

**Douglas Rodrigues** - Não me lembro de ter feito nenhum tipo de solicitação, não. Eu estava em Brasília, ia ao CNJ todos os dias e por isso algumas questões liminares, urgentes, sempre me eram direcionadas, a distribuição. Fiquei aqui nos plantões também, ficava nos plantões no final do ano e no início do ano respondendo pelo CNJ. E não me lembro de ter feito alguma solicitação, não, nesse sentido.

**Leandro Molhano** - Qual a sua avaliação, hoje, em relação a essas resistências? Diminuíram? E se sim, por quê?

**Douglas Rodrigues** - Ah, o CNJ foi um fato irreversível, um fato que, com o tempo, tendeu a ser assimilado pelas estruturas. Agora... muitos ainda têm muita resistência ao CNJ. É um órgão que tem muita importância, um órgão que cria políticas, uma das quais tem sido objeto de muitas críticas, que são as metas. Isso tem feito com que juízes trabalhem assustadoramente, numa velocidade incrível, fazendo com que a qualidade do trabalho caia, também. Essa pressão por metas, essa era das metas é objeto de muitas críticas, porque o ato de julgar não é um ato mecânico, é um ato de sentir. Mas muitos têm feito assim. Tenho visto muitas críticas dos colegas julgando de

qualquer jeito, julgando no braço só para atender às metas do CNJ. Mas é um órgão que foi assimilado, com certeza...

**Tânia Rangel** - E o senhor acredita que isso aconteceu por quê?

**Douglas Rodrigues** - Porque é um fato irreversível. E o CNJ, com o passar do tempo, vem se legitimando. A sociedade aplaude a atuação do CNJ. Muita coisa boa tem saído do CNJ.

**Tânia Rangel** - O senhor pode citar alguma, por exemplo?

**Douglas Rodrigues** - Posso citar o combate ao nepotismo, posso citar a questão da moralidade administrativa... E bem ou mal, certo ou errado, até a busca por essa racionalização dos órgãos judiciários. Nós temos hoje, por exemplo, uma análise ampla que vem sendo feita do ponto de vista estrutural. Qual é a estrutura necessária para os tribunais do Trabalho, para os tribunais federais? É um órgão que centraliza com competência, hoje com um quadro grande, recursos humanos que podem nos ajudar.

**Tânia Rangel** - É possível dizer que algumas instituições, alguns tribunais, que no início se mostraram contrários ao CNJ, hoje o veem melhor ou como um parceiro, ou não?

**Douglas Rodrigues** - Assim, para eu responder essa pergunta com precisão, deveria estar acompanhando um pouco mais o CNJ e a maneira como os tribunais estão lidando com o CNJ. E eu não teria essa informação. Estou dizendo a impressão que tenho do pouco que escuto. Acho que o CNJ, que no início foi um órgão em que a função censória de correção de desvios acabou prevalecendo, hoje, passados alguns anos, já há essa tendência de um órgão parceiro na busca de soluções para interesses comuns. De interesses do jurisdicionado. Porque naquele primeiro momento era preciso realmente corrigir os rumos, os desvios. Era preciso que o CNJ, por exemplo, punisse desembargadores para mostrar que se pode punir desembargador.

**Tânia Rangel** - E isso foi feito na primeira gestão?

**Douglas Rodrigues** - Foi muito pouco, muito pouco. Porque a Corregedoria se viu assoberbada, com pouca estrutura. Acho que o depoimento do ministro Pádua Ribeiro pode ter esclarecido melhor esse aspecto. Mas nós tivemos casos, assim, terríveis, de corrupção. Um desembargador que

recebeu um cheque na própria conta, depositou um cheque na própria conta, de um ato de corrupção que havia praticado. Que o tribunal acabou aposentando antes do julgamento no CNJ.

**Tânia Rangel** - Dos processos que o senhor teve e que o senhor considera mais importantes, o senhor disse, acabou sendo o nepotismo, apesar de não ser da sua relatoria, mas o senhor abriu a divergência...

**Douglas Rodrigues** - Fiquei redator do acórdão, da decisão. E do teto.

**Tânia Rangel** - E ficou como redator do acórdão, a questão do teto. E tem algum outro?

**Douglas Rodrigues** - Tivemos muitas decisões também nesse âmbito de tutela das promoções de juízes. Acabando com esses desvios. E muitas decisões concretas também na execução da política antinepotista e também na questão remuneratória. Foram os grandes temas da primeira composição.

**Tânia Rangel** - E qual decisão foi mais difícil de o senhor tomar no CNJ? De todas? Se tivesse que eleger uma, ou um grupo delas?

**Douglas Rodrigues** - Difícil do ponto de vista técnico ou político? [riso]

**Tânia Rangel** - Dos dois. [riso]

**Douglas Rodrigues** - Acho que a questão remuneratória foi a decisão mais difícil.

Leandro Molhano - Política ou técnica?

**Douglas Rodrigues** - Ambas. [risos]. Do ponto de vista político, não adianta a pressão. Mas do ponto de vista técnico, entender aquela realidade... Eu, inclusive... Não sei se vocês tiveram acesso, se pesquisaram, mas posso passar depois essas decisões.

**Tânia Rangel** - Ah, eu gostaria. A gente consegue pegar algumas no site do CNJ, mas ele está sendo reestruturado. E algumas às quais tínhamos muito acesso, de repente, não conseguimos achar mais... [riso] O tratamento que vocês fizeram... [inaudível]

**Douglas Rodrigues** - Houve uma decisão muito interessante também, da qual fui relator, que discutia o TCU<sup>20</sup> e o CNJ. O TCU proferiu uma decisão em um sentido e o CNJ em outro. Qual decisão vai orientar os tribunais? A do TCU ou a do CNJ? Essa foi uma decisão importante, o conflito de competências ou atribuições na esfera administrativa. Se fala em atribuições. O conflito de atribuições. Os tribunais estão submetidos, subordinados ao TCU e ao CNJ. A decisão de qual dos dois deverão cumprir? Foi uma decisão importante.

Tânia Rangel - E isso depois deve ter ido para o Supremo também, não é?

**Douglas Rodrigues** - É. Não acompanhei algumas decisões. Foram ao Supremo, com certeza. Me lembro que tive a notícia, de um colega, de que uma decisão sobre decadência administrativa que eu havia proferido havia sido chancelada por um ministro em uma decisão monocrática, enfim.

**Tânia Rangel** - E quando acontecia de haver questões que chegavam ao Supremo. As que a gente sabe que com certeza chegaram foram todas essas. Nepotismo e teto acabaram chegando ao Supremo.

**Douglas Rodrigues** - Todas.

**Tânia Rangel** - Como era a relação de vocês com o Supremo? Não... sequer havia relacionamento? Ou às vezes, se precisasse, ia para o Supremo?

**Douglas Rodrigues** - [breve pausa] A relação com o Supremo era uma relação tranquila. [risos]

Tânia Rangel - Mas não...?

**Douglas Rodrigues** - O CNJ teve muita visibilidade. Quando se tem muita visibilidade, você acaba incomodando. E na cena política, o CNJ tem poderes que o próprio Supremo não tem. Mas o presidente do Supremo está no CNJ, ele é o interlocutor do CNJ no Supremo. O ministro Jobim, por exemplo, na ADIN do nepotismo, prestou vários esclarecimentos sobre o sentido da decisão do CNJ. O Supremo editou uma súmula vinculante sobre isso, mas a decisão originária administrativa é do CNJ. A decisão do Supremo vinculou as outras esferas do poder público, o Legislativo, o Executivo, mas esse debate surgiu no próprio CNJ.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Tribunal de Contas da União.

Tânia Rangel - E o senhor sentiu diferença da atuação da presidência? Porque essa primeira gestão

pega dois presidentes, não é?

**Douglas Rodrigues** - É, o Jobim e a Ellen [Gracie Northfleet].

Tânia Rangel - O ministro Jobim e a ministra Ellen. Sentiu a diferença da atuação? Porque são

personalidades muito diferentes.

Douglas Rodrigues - Não, o ministro Jobim acelerou muito num primeiro momento, na

estruturação do órgão, na resolução dessas questões imediatas, sensíveis, que surgiram. A ministra

Ellen... Fiquei pouco tempo também, porque logo nosso mandato terminou. A ministra Ellen deu

sequência a isso, mas tinha um estilo diferente. Um estilo não tão agressivo quanto o do ministro

Jobim. É curioso que cada presidente acaba dando o tom, porque ele tem a responsabilidade por

organizar a pauta. Então é ele que define a pauta, ele que apregoa, que define. Não senti uma

diferença tão grande, não.

Tânia Rangel - E houve algum processo em que o senhor precisou entrar em contato com o

Supremo? Ou pegar alguma coisa lá, alguma informação?

Douglas Rodrigues Não. Olha, pode... não é autossuficiência, não. Mas não me lembro de precisar

recorrer ao Supremo Tribunal, não.

Tânia Rangel - Algum ministro do Supremo chegou a ligar para o senhor nessa época do

nepotismo, também?

Douglas Rodrigues - Não, do Supremo, não.

**Tânia Rangel** - Eles realmente não...?

Douglas Rodrigues - Não! Nem tomavam assim muito conhecimento, não.

Tânia Rangel - Deixa eu ver. É que a gente já está ficando bem...

Douglas Rodrigues - Estou cansando vocês, não é?

Leandro Molhano - Não.

**Tânia Rangel** - Ah, sim. Não, de jeito nenhum. É porque a gente tem que seguir a ordem. Não pode deixar nenhum. Os *lobbies* que existiam. Ou seja, é óbvio que havia. Toda instituição, principalmente quando lida com...

Douglas Rodrigues - Cartórios.

Leandro Molhano - Cartórios?

**Tânia Rangel** - Os cartórios? Esse foi o mais forte?

**Douglas Rodrigues** - É o mais presente. Não vou dizer o mais forte porque os desembargadores, o colégio de presidentes, os desembargadores estaduais, as associações. Eu tinha uma preocupação muito grande... E eu dizia para os colegas: "O CNJ não é uma instância de defesa de prerrogativas, no sentido de vantagens pecuniárias, não é um órgão para deferir direitos. Não. É um órgão, num primeiro momento, voltado à extinção de abusos, à correção de desvios, à função disciplinar, à função de planejamento estratégico. Não é um órgão de deferimento de vantagens. Ou deferir auxílio-moradia, auxílio-alimentação para todos os juízes. Não." Eu dizia: "O CNJ não pode ser colonizado nesse sentido corporativista." Não que o corporativismo seja uma coisa ruim. Não. Mas não era para isso que o CNJ tinha sido feito. É um órgão de controle. Poderia até, num futuro, regulamentar, organizar, equalizar remunerações, vantagens, porque é a política nacional do Poder Judiciário. Nós temos uma LOMAN, a mesma lei orgânica para todos, e essa LOMAN diz que as vantagens são só aquelas lá, mas os estados estão cheios de leis estaduais com inúmeras vantagens. Então é preciso primeiro coibir essas vantagens, trazer todos para a legalidade, para a constitucionalidade. Essa era a minha questão. Eu sempre dizia: "Não, o CNJ não é licença-prêmio para juiz. O Supremo já decidiu que não pode, que não existe mais licença-prêmio para juiz. Não vamos discutir licença-prêmio para juiz aqui no CNJ." É complicado, mas as associações não têm escolha, não é? Acabam tendo que lutar com as armas que têm, nos espaços que estão aí para tentar corrigir essas defasagens.

**Tânia Rangel** - E o negócio dos cartórios, ele evitava sempre o presidente porque chegou a ser um tema muito forte...

**Douglas Rodrigues** - Muito forte. Porque não havia concursos em vários estados. Os cartórios muito lucrativos eram entregues a pessoas próximas de desembargadores. Parentes, amigos. Nepotismo havia também. Então se deixava ali numa delegação provisória, interina, que ficava 20, 30 anos. O corregedor designava e o CNJ veio coibindo isso. Vamos fazer concursos públicos, quais são os cartórios não providos. Tivemos muitos problemas com os cartórios, também. E depois surgiram questões envolvendo concursos para cartórios, critérios, até correções de questões vinham para o CNJ. E o CNJ, sem estrutura, poderia correr o risco de ser inviabilizado. Então é aquela história da torneira. Abrir e fechar, de acordo com a sua capacidade, elegendo prioridades. Então surgiam muitas questões assim na área dos cartórios.

**Tânia Rangel** - Quando o CNJ também decidiu falar sobre a questão da promoção, imagino que o grupo social mais interessado nisso fosse o do juiz de Primeira Instância, e o menos interessado o de Segunda.

Douglas Rodrigues - Com certeza.

**Tânia Rangel** - Isso ficava claro assim, lá no CNJ? E esta vontade de combater esses interesses de Segunda Instância, ou que não fossem de Primeira Instância, como isso se resolvia ali? Porque devia ser difícil também lá dentro, não é?

**Douglas Rodrigues** - Era difícil, porque o próprio debate em torno da motivação aberta surgia. O voto é secreto, artigo 29 da Constituição, é preciso a conveniência e a oportunidade. E a discussão, esta de promoção, sem dúvida estabeleceu ali um primeiro contra o segundo grau. Porque os desembargadores promoviam quem quisessem, os mais próximos, aqueles que, enfim, visitavam, estabeleciam relações. Então isso ficou muito claro para nós, essa disputa interna dentro dos tribunais. Uma pretensão por transparência, por democratização, contra uma visão de fechamento, de manutenção do *status quo*.

**Tânia Rangel** - E quando o CNJ decidiu publicar, inclusive, uma resolução tentando objetivar ou cristalizar isso, critérios de promoção. Vocês sentem nesse momento um aumento da legitimidade

do CNJ junto a esta magistratura de Primeira Instância? Ou foi uma forma de quebrar, talvez, um pouco a resistência do tribunal?

**Douglas Rodrigues** - Com certeza. A magistratura de Primeira Instância se posicionou, especialmente nos estados, francamente favorável ao CNJ, porque era a possibilidade de corrigir abusos, perseguições, que eram muito comuns.

**Tânia Rangel** - E esta estratégia do CNJ chegou a ser pensada ou foi uma consequência de uma coisa que vocês estavam falando: "Olha, que legal, que bom, isso"?

Douglas Rodrigues - A questão das promoções?

**Tânia Rangel** - É. Ou foi uma estratégia pensando em garantir a resistência?

**Douglas Rodrigues** - O CNJ sempre foi provocado.

Tânia Rangel - Sim. Mas escolher as lutas já é uma estratégia.

Douglas Rodrigues - É, está certo.

**Tânia Rangel** - Já que a gente está encontrando a resistência nos tribunais estaduais, que são os mais resistentes, vamos tentar quebrar um pouco essa resistência trazendo para o nosso lado a magistratura de Primeira Instância. Assim. Houve?

**Douglas Rodrigues** - Não, não houve um pensamento político de trazer a magistratura em razão da resolução. O CNJ nunca pensou assim. Eu, pelo menos, nunca pensei assim e não me lembro de isso ter sido colocado.

**Tânia Rangel** - De articular para...

**Douglas Rodrigues** - Não, isso não acontecia. Vamos decidir assim porque é uma decisão em si boa, tendo esse efeito político secundário. Não me lembro disso, não, da minha parte nunca houve. [riso] Claro que isso foi uma virtude, poderia ser um efeito secundário, virtuoso, não é, mas não houve essa articulação, não. A resolução se mostrou necessária porque o número de casos era cada

vez maior, discutindo desvios nas votações, votações secretas... É curioso que ainda precisemos avançar. Porque nos tribunais superiores as listas para ministros são votadas de maneira secreta e ninguém discute isso. Curioso. Me ocorre isso agora.

**Tânia Rangel** - Teoricamente, a resolução do CNJ vale também para os tribunais superiores, com exceção do Supremo.

Douglas Rodrigues - É. Isso. Exatamente.

**Tânia Rangel** - Outra questão também que a gente elencou aqui foi a questão da conciliação. Ou seja, o CNJ cria uma comissão, isso principalmente com a ministra Ellen, que...

Douglas Rodrigues - Ela, realmente ela...

**Tânia Rangel** - O dia, depois a semana da conciliação... Ao mesmo tempo que desburocratiza a Justiça, acelera também a prestação jurisdicional. E a gente viu na pesquisa que depois do CNJ o senhor participou de várias... não só palestras, mas vários atos para promover a conciliação. Como foi isso? Porque a Justiça do Trabalho é realmente a que mais faz conciliação. Vem um pouco disso, como é?

Douglas Rodrigues - Olha, confesso que estou assustado porque vocês sabem a meu respeito mais do que eu. [risos] De fato, a conciliação foi uma ideia muito trabalhada por todos nós do CNJ. Foi uma das políticas mais exitosas que se criou no âmbito do Conselho, e vários cursos de formação, de formadores, foram realizados também. Nós trouxemos gente do Brasil todo. Um colega do Paraná, o Roberto Bacellar, colega da Bahia, o Andre Gomma [de] Azevedo, colegas psicólogos mostrando de que maneira os juízes deveriam agir na conciliação, conceitos que eu não conhecia do ponto de vista teórico. A lide sociológica, lide jurídica, espiral conflitiva, técnicas de mediação, isso era muito importante para qualificar o trabalho dos juízes nesse âmbito de conciliação. E foi algo realmente muito interessante, por isso o meu interesse. Fui juiz de primeiro grau por muito tempo e a conciliação na Justiça do Trabalho é um princípio estruturante, um ideal estruturante. E por isso o meu envolvimento nesse tema, porque é um tema realmente muito rico.

**Tânia Rangel** - E o senhor chegou a escrever um artigo para a *Folha* [*de S. Paulo*] sobre o CNJ, sim ou não, não é? O senhor era da posição de sim.

**Douglas Rodrigues** - É mesmo...

**Tânia Rangel** - [risos] E tem uma frase lá, que a gente queria isso explicado, que o senhor disse, que o CNJ buscou ir além dos meios clássicos para se combater a demora judicial. Então, a primeira pergunta é: quais são as vias clássicas?

**Douglas Rodrigues** - A ampliação do número de varas, de juízes, de servidores. Alterações pontuais na legislação.

Tânia Rangel - E quando o senhor afirma que o CNJ vai além, ele vai além como?

Douglas Rodrigues - A conciliação, por exemplo. Foi um caminho muito eficaz. Os números do Conciliar é Dez aqui na nossa região, do Conciliar é Legal. São números que mostram um estoque expressivo de ações que saem das pautas. De cidadãos que são contemplados. Com a resposta que o sistema permitiu alcançar. Além disso, a questão do Justiça em Números. A análise de dados estatísticos fomentando ou servindo de base para as inovações estruturais, legislativas, que deveriam ser tomadas. Enfim, o ministro Jobim com aquela taxa de congestionamento, um conceito interessante. Onde é que tem mais taxa de congestionamento? A Vara tal. Na área de execução tem tal, isso permitia uma atuação pontual. Ah, o problema é do juiz? Ah, o problema é de falta de estrutura? Vamos ver o que está acontecendo aqui no tribunal tal, na vara tal, ou na cidade tal, para permitir esta taxa tão elevada de congestionamento. Uma outra região próxima, uma Vara muito exitosa, vamos olhar a experiência... O que está acontecendo ali. Essa troca de análises permitiria a fuga desse modelo clássico. Aumenta a demanda, aumenta juiz. Aumenta juiz, aumenta servidor. Criam-se mais tribunais, e mais e mais. Essa foi a visão.

**Tânia Rangel** - E é possível dizer que o CNJ tinha um conceito sobre o que deveria ser feito para melhorar o acesso ao Judiciário? Ou seja, na definição de políticas públicas havia essa preocupação? Quando o CNJ ia definir suas políticas, a gente precisa melhorar o acesso?

**Douglas Rodrigues** - Com certeza. Com certeza, no fim de tudo, a questão que está em perspectiva é a questão do acesso à justiça. Mas não o acesso naquela visão clássica de entrar com a ação. Entrar e sair com uma decisão substancialmente justa em tempo razoável. Não precisa ser uma decisão, mas uma conciliação, uma conciliação feita com qualidade. Uma conciliação em que as

partes saem convencidas, satisfeitas. Não uma conciliação forçada. Uma conciliação verdadeira, que desarma espíritos, que resolve a lide jurídica, e também a lide sociológica, que é aquela que realmente motiva os litigantes. Nesse sentido penso que a questão do acesso à justiça é o fim último. Mas um acesso à justiça de qualidade.

**Tânia Rangel** - O CNJ tinha essa preocupação de fazer, vamos dizer assim, uma prestação de contas do Judiciário para a sociedade?

Douglas Rodrigues - Com certeza.

Tânia Rangel - Como ele fazia isso?

**Douglas Rodrigues** - Mas no primeiro mandato isso foi muito difícil. Nós não tínhamos estrutura. No finalzinho da minha participação... foi aprovada uma lei que criou alguns cargos. Mas essa prestação de contas se fazia a todo instante, a toda sessão, com a imprensa presente, questionando. Essa prestação de contas se fazia com a divulgação dos dados estatísticos do próprio Conselho.

Leandro Molhano - Muita cobrança da imprensa?

**Douglas Rodrigues** - Muita cobrança da imprensa. O tempo todo os jornalistas setoriais do Judiciário estavam lá.

**Leandro Molhano** - Como era a relação com a imprensa? Era difícil?

**Douglas Rodrigues** - Ótima. Relação muito boa. Ninguém se escondia... Até aqueles que possuíam uma visão um pouco mais contida também atendiam à imprensa. E colocavam as suas razões. Foi um período muito interessante, de aprendizado para todos. E a imprensa sempre presente, porque os processos que eram as representações para o CNJ veiculavam sempre questões absurdas, ou dramáticas, ou ideias muito interessantes que poderiam ser implementadas, tivesse o CNJ uma estrutura mínima para tanto.

**Tânia Rangel** - E nesses dois primeiros anos em que o senhor estava lá... Teve a possibilidade de ver algum tribunal que se mostrou, vamos dizer assim, mais parceiro do CNJ?

**Douglas Rodrigues** - Olha, os tribunais da União eram menos resistentes. Mas mesmo dentro do próprio Judiciário estadual havia alguns tribunais mais próximos. Tivemos o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o Tribunal de Justiça de Goiás. Eram tribunais que, apesar das ressalvas que poderiam opor, não batiam tanto.

Tânia Rangel - Dos conselheiros na época, de quem o senhor mais se aproximava?

**Douglas Rodrigues** - Afinidades mais do ponto de vista das escolhas decisórias, e tal? Olha, eu gostava muito do Claudio Godoy. Alexandre de Moraes, Paulo Schmidt eram os conselheiros que realmente na minha opinião traziam reflexões diferenciadas, mais próximas da visão de mundo que eu achava mais correta.

**Tânia Rangel** - E os da primeira gestão, vocês continuam mantendo contato? Ou mantém contato com algum?

Douglas Rodrigues - Não. Não mantenho contato...

**Tânia Rangel** - Nem com o pessoal aqui de Brasília? Porque deve ter tido mais gente de Brasília lá, não é?

**Douglas Rodrigues** - Não. Aqui de Brasília nós tivemos nas composições posteriores colegas que estiveram no CNJ. Aqui na região tivemos Antônio Umberto [de Souza Júnior], agora temos o Rubens Curado [Silveira], que é conselheiro da atual composição, mas não tenho assim um contato mais próximo, não. O Paulo Schmidt agora é presidente da ANAMATRA, uma vez ou outra encontro com ele, mas não é uma relação muito próxima, não.

**Tânia Rangel** - E como o senhor vê hoje a atuação do CNJ?

**Douglas Rodrigues** - Vejo admirando. Como o órgão cresceu, como vem avançando, apesar de alguns excessos pontuais. Porque esta composição cíclica, ou o mandato aumenta e permite que os conselheiros façam mais, ou nós vamos assistir a tentativas a cada dois anos de reinvenção de políticas, tentativas de reinvenção...

Leandro Molhano - É isso que eu ia perguntar, quais os desafios que o senhor acha que o CNJ

teria.

Douglas Rodrigues - Os desafios do CNJ? Os desafios do CNJ são os desafios do Judiciário como

um todo. Acho que como um órgão de definição de políticas públicas, o CNJ precisa ajudar, por

exemplo, a Justiça Federal. Os Juizados Especiais federais. Encontrar alternativas para que o acesso

à justiça nesses espaços não se torne uma promessa vazia. Nós temos Juizados Especiais federais

com sessenta mil ações. Quer dizer, o acesso à justiça, o estímulo ao exercício da cidadania acaba

sendo frustrado. Acho que o maior desafio do CNJ é esse. É ajudar os órgãos mais congestionados a

resgatar este ideal. De razoável duração de processo, de acesso à justiça de qualidade, que é um

desafio do Judiciário como um todo. Em todas as áreas nós temos nichos de eficiência e nichos de

congestionamento. Gargalos da execução na área trabalhista, é um problema sério. Mas acho que é

um processo, e estamos avançando.

Tânia Rangel - Mas, olhando para trás e fazendo um balanço, o senhor acredita que o saldo é

positivo?

**Douglas Rodrigues** - Muito positivo. Extremamente positivo.

Tânia Rangel - É possível falar em um Judiciário antes e depois do CNJ?

Douglas Rodrigues - Com certeza. Um Judiciário fechado, hermético, patrimonialista, nepotista,

corporativo no sentido ruim da expressão, que não punia magistrados, para um Judiciário que busca

hoje a transparência, que busca a razoável duração do processo. Um Judiciário que, enfim, tenta

cumprir bem a sua função. Que se enxerga como um prestador de serviços públicos, não como

alguém que se serve do público.

Tânia Rangel - Entendi. Isso é positivo, não é?

Douglas Rodrigues - É.

**Tânia Rangel** - Teve uma única pergunta que a gente se esqueceu de fazer, e a gente vai voltar um

pouquinho, que é sobre a sabatina. Como foi a sua sabatina no Senado?

**Douglas Rodrigues** - A sabatina foi frustrante, porque fizeram a sabatina no atacado e fizeram perguntas ao Alexandre de Moraes e ao conselheiro Pádua Ribeiro. Ponto.

**Tânia Rangel** - E isso no mesmo dia.

**Douglas Rodrigues** - E houve um problema, havia um problema político com o Alexandre de Moraes porque ele havia sido...

Tânia Rangel - Indicado no lugar do Sérgio Renault.

**Douglas Rodrigues** - Além desse, que era o candidato do governo. Ele tinha vínculos político-partidários com o PSDB<sup>21</sup> de São Paulo, ou com o Democratas de São Paulo. E me lembro da senadora do Mato Grosso, Serys [Marly] Slhessarenko, questionando, interpelando o professor Alexandre de Moraes, que havia dito numa aula que a tortura seria legítima. Ele respondeu e ela fez um discurso político a partir da resposta dele. Depois foi ao plenário, ele foi rejeitado. Vocês se lembram disso? Vocês sabem mais do que eu.

**Tânia Rangel** - E na sua vez, chegou, o pessoal estava cansado?

**Douglas Rodrigues** - Não, não fizeram perguntas. Acho que fizeram uma pergunta para o Paulo Schmidt, também. Sobre precatórios, ou sobre desapropriação... Uma coisa extremamente pontual.

**Leandro Molhano** - O senhor havia se preparado para a sabatina?

Douglas Rodrigues - Acho que nós nunca estamos preparados, não é?

**Leandro Molhano** - Mas o senhor havia se preparado antes?

**Douglas Rodrigues** - Não. Li bastante sobre o CNJ e sobre políticas públicas, na área do Judiciário. E claro, muito nervoso, muito apreensivo, não é, comparecer à CCJ para uma sabatina naquele contexto histórico... É um órgão que tinha a atenção de toda a sociedade. Foi talvez o principal fruto da reforma do Judiciário.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Partido da Social Democracia Brasileira.

**Tânia Rangel** - E outra questão. Nesse momento da sabatina e depois que o senhor sai do CNJ. No momento da sabatina havia, óbvio, a expectativa de um órgão que ainda não estava sendo construído, mas cada um, na sua cabeça, tinha criado um órgão. Não é? O que vai fazer, o que pode fazer esse órgão. Nesse momento, essas expectativas, comparadas a depois: "Ok, eu já saí, agora..." Quando olha para trás, houve conflitos? Se ajustaram?

Douglas Rodrigues - Não. Olha, o CNJ foi uma grande descoberta, porque nem sempre o mundo da vida é aquele mundo que vem no desenho institucional ou constitucional. O CNJ foi assim um turbilhão de emoções, de demandas. O Brasil inteiro ali, discutindo um Judiciário, questionando, postulando, criticando. Até crucifixos em sala de sessão de tribunal foi julgado lá! Quer dizer, até esse tipo de coisa chegou a ser discutida no CNJ, foi relator o conselheiro Alexandre de Moraes. Então, a ideia que eu possuía do Judiciário, aquela pauta, aquela agenda positiva, ela se viu muito tumultuada por conta desta falta de estrutura, por conta do turbilhão de procedimentos. E a pauta do CNJ é um pouco a reboque da pauta do Supremo. Questões difíceis, imaginem a resolução do teto, envolvendo os tribunais do Brasil inteiro. Realmente foi muito difícil, muito difícil. Mas foi o possível. E tenho a absoluta convicção de que todos os conselheiros da primeira composição estiveram ali com o espírito muito nobre de construção. Ainda que alguns, pelas suas origens, pelas suas visões, tenham assumido posturas mais panfletárias ou mais críticas, enfim. Ainda que isso tenha acontecido aqui e ali, no geral, o espírito era bom. O propósito era nobre. Era trabalhar por um Judiciário mais ético, mais transparente, mais republicano. Essa foi a tônica que pautou a nossa atuação.

**Tânia Rangel** - E quando o senhor sai, o senhor considera que o CNJ foi uma grande e boa surpresa...

**Douglas Rodrigues** - Foi uma grande e boa surpresa, com certeza. Sobretudo pelo potencial futuro que teria com a estruturação.

**Tânia Rangel** - O senhor acha que nessa primeira gestão vocês conseguiram criar a base para que ele crescesse nas outras?

**Douglas Rodrigues** - Gosto das suas perguntas, porque já me dão a resposta. [risos]

Tânia Rangel - É, não. Porque às vezes pode ser que não.

Douglas Rodrigues - É uma professora que me dá cola! [risos] Que bom. É exatamente isso. O

CNJ veio se consolidando.

Tânia Rangel - Porque como dito... Porque a gente viu, cada presidente tem sua...

Douglas Rodrigues - O seu estilo, não é?

Tânia Rangel - Este seu estilo. Não necessariamente o próximo abandona o outro, mas também não

importa tanto. Em alguns momentos há mudanças. A própria questão do nepotismo, depois ela foi

revista.

Douglas Rodrigues - E é interessante que a depender do presidente do Supremo, o CNJ avança

mais ou menos, mas é um processo inexorável. É um processo que não tem mais como travar. O

CNJ virou um patrimônio da sociedade. A imprensa acompanha. A ministra Eliana [Calmon Alves],

nesta sua atuação, a imprensa louvando... Ela pode ter cometido exageros, excessos, porque só ela

sabe os processos que ela tocava na Corregedoria para prestar declarações públicas tão

contundentes contra o Judiciário. Só ela sabe. Agora, o ministro [Antônio] Cezar Peluso foi

presidente do CNJ. No início uma contenção, mas depois, percebendo a importância, a coisa voltou

a fluir.

Tânia Rangel - Mas não houve em nenhum momento este medo de ser a lei que não deu certo, a

instituição que não deu certo?

Douglas Rodrigues - Não, não tinha como não dar certo porque a gama de atribuições era tamanha.

Só estas questões de nepotismo, de teto, só essas questões já deram certo. Agora, é um processo,

não é? É uma revolução, não no sentido histórico, técnico, político, mas foi uma revolução de

perspectivas. Nos estados, sobretudo.

**Tânia Rangel** - Leandro, estou satisfeita.

Leandro Molhano - Eu também. Foi ótimo.

Tânia Rangel - Então, muito obrigada.

**Douglas Rodrigues** - Gente, espero ter contribuído, viu? Já prescreveu a minha passagem pelo CNJ e eu deveria ter buscado algumas decisões aqui.

Leandro Molhano - Não!

Tânia Rangel - Não, mas se o senhor puder mandar para nós, ficaria ótimo!